

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social**ATOS DO PODER EXECUTIVO****DECRETO Nº 20381****Nomeia Agentes de Contratação para o Município de Cascavel-PR.**

O Prefeito Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 58, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o processo administrativo n.º 58750/2026;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados a partir desta data os agentes de contratação do Município de Cascavel - Paraná, conforme a composição a seguir:

- a) Ana Caroline Corteli Hank, CPF n.º xxx.272.939-xx;
- b) Cleverson Machado Bonfim, CPF n.º xxx.225.329-xx;
- c) Claudia Bertoncello Mufato, CPF n.º xxx.433.959-xx;
- d) Douglas Stefanoski Dias, CPF xxx.227.369-xx;
- e) Emerson Marcante, CPF n.º xxx.154.969-xx;
- f) Fernando Marcos Gea, CPF n.º xxx.656.349-xx;
- g) Gabriel Vinicius Rabel, CPF n.º xxx.742.089-xx;
- h) Jane Angeli, CPF n.º xxx.502.869-xx;
- i) Lucilene Tereza Fidencio, CPF n.º xxx.174.609-xx;
- j) Raquel Michelline da Silva Nascimento, CPF n.º xxx.625.118-xx;
- k) William de Carvalho Moreschi, CPF n.º xxx.389.239-xx.

Art. 2º Será indicado em cada processo o agente de contratação responsável, bem como sua equipe de apoio.

Art. 3º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro.

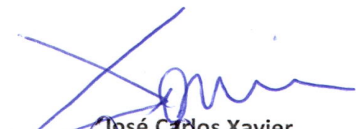

Art. 4º Revoga-se:

- I - o Decreto n.º 18.192, de 16 de abril de 2024;
- II - o Decreto n.º 19.917, de 29 de outubro de 2025.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 12 MAIO 2026


José Carlos Xavier
Secretário da Casa Civil
Joacir Aparecido Cosma
Secretário de Planejamento e Gestão
Renato Silva
Prefeito Municipal
Eduardo Felipe Veronese
Procurador-Geral do Município



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social

ATOS DO PODER EXECUTIVO



RESOLUÇÃO Nº64/2024-PGM

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Pregão

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:**Art. 1º.** Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Pregão.**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 28 de fevereiro de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do MunicípioEDSON
ZOREK:02756516902Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.01 10:20:12 -03'00'

PREGÃO ELETRÔNICO

90069/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

[registro de preços] Fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 978.610,89 (novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e dez reais e oitenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [por grupo]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

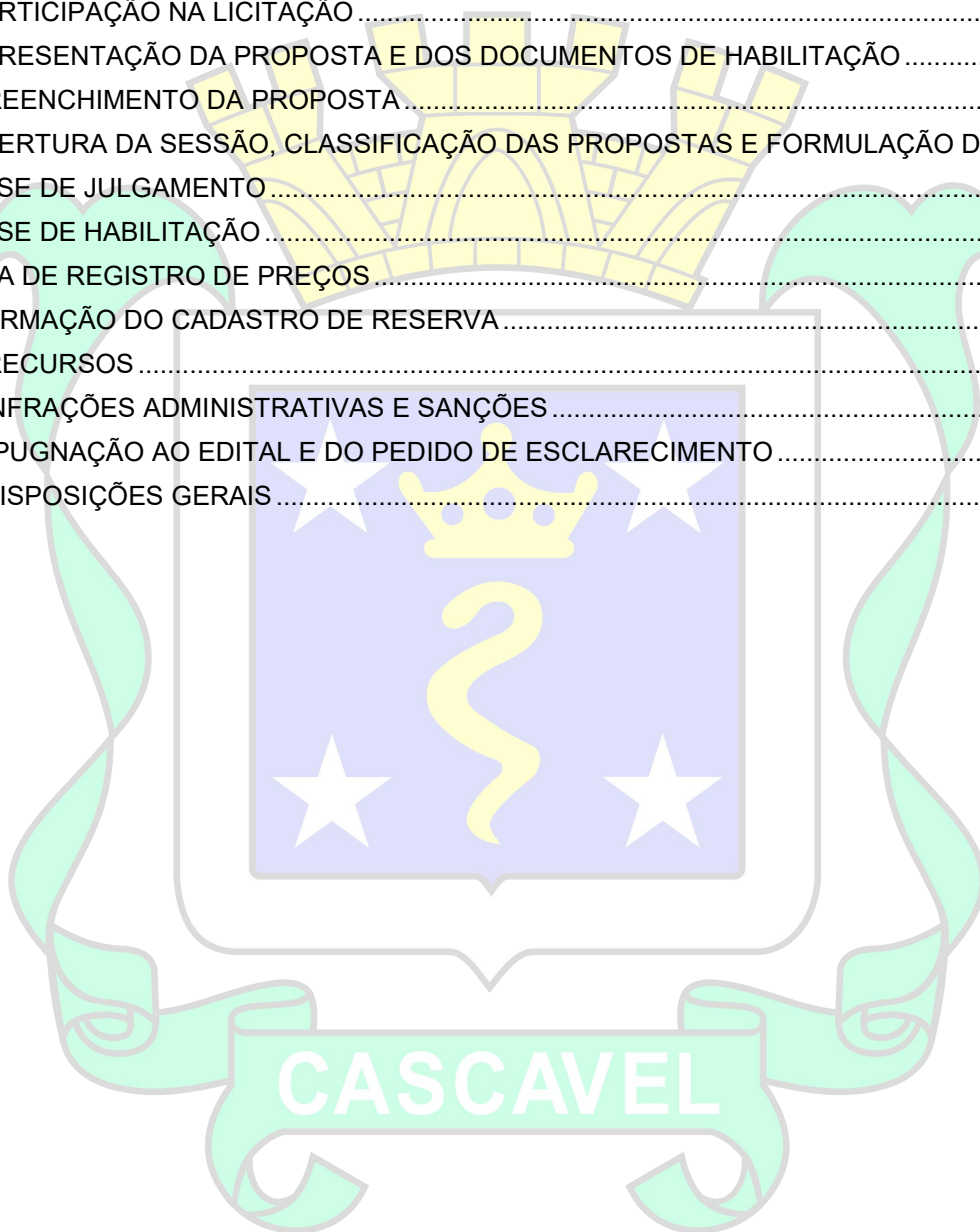
SIM

PREGOEIRA

JANE ANGELI, DESIGNADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 20.381/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
11. DOS RECURSOS	23
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	24
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26



MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90069/2026

(Processo Administrativo nº 48475/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n.º 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, n.º 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 18.027, de 25 de Janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de **Fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no **EDITAL**.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo 1 – Relação de Itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. No **Grupo 04.**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será observado:

- a. A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
- b. Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 7.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.

3.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.8. agente público do órgão licitante;
- 3.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,03 (três centavos)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;

7.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.

7.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado "Qualificação econômico-financeira".

8.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.20. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

8.20.1. Documentos sem prazo expresse de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 31 e art. 32 do Decreto nº 18.027/2024.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascatel.atende.net>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

12.1.1 Por parte do licitante:

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência;**
- II. **Multa:** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- III. **Impedimento de licitar e contratar;**
- IV. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

12.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata

de Registro de Preços, no que couber;

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

12.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.
- 14.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
 - 14.12.2 ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;
 - 14.12.2.1 Apêndice do Anexo II – Planilha de Custos;
 - 14.12.2.2 Apêndice do Anexo II – Caderno Mobiliário;

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 14.12.3 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 14.12.4 ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 14.12.5 ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;
- 14.12.6 ANEXO VI - Estudo Técnico Preliminar;
- 14.12.7 ANEXO VII - Mapa Comparativo de Preços;
- 14.12.8 ANEXO VIII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 19 de junho de 2026

ALI HASSAN HAIDAR
Secretário Municipal de Saúde

CASCATEL

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA

LOTE 1					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD 01, PRANCHAS 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	15.937,00	15.937,00
2	1,00	UND	CONJUNTO EM MDF - MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	27.520,00	27.520,00
3	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	13.658,33	13.658,33
4	1,00	UND	PAINEL EM MDF - MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.149,33	2.149,33
5	2,00	UND	MESA EM MDF - MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.013,75	4.027,50
6	4,00	UND	GAVETEIRO MÓVEL EM MDF - MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.855,25	7.421,00
7	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF - MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	11.069,00	11.069,00
8	1,00	UND	BALCÃO PARA PUERICULTURA EM MDF - MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.291,25	4.291,25
9	8,00	UND	MESA EM MDF - MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.923,50	15.388,00
10	5,00	UND	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF - MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.857,75	14.288,75

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

11	3,00	UND	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF - MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.857,75	8.573,25
12	2,00	UND	MESA EM MDF - MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.864,00	3.728,00
13	2,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.878,00	13.756,00
14	1,00	UND	BANCADA EM MDF - MOD-14, PRANCHA 20 A 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.486,00	3.486,00
15	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-15, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.852,67	8.852,67
16	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-16, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.242,00	5.242,00
17	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-17, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	7.598,00	7.598,00
18	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-18, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.671,50	5.671,50
19	1,00	UND	MESA/BANCADA EM MDF - MOD-19, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.592,67	1.592,67
20	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-20, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.049,33	5.049,33
21	1,00	UND	MESA EM MDF - MOD-21, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.727,00	3.727,00
22	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-22, PRANCHA 29 A 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	23.347,25	23.347,25
23	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-23, PRANCHA 33 A 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	15.687,50	15.687,50
24	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-24, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE	3.762,67	3.762,67

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			REFERÊNCIA.		
25	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-25, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.461,67	4.461,67
26	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-26, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	12.142,25	12.142,25
27	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-27, PRANCHA 39, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.811,67	2.811,67
28	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-28, PRANCHA 40 A 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	12.328,33	24.656,66
29	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-29, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.768,75	6.768,75
30	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-30, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	11.363,25	11.363,25
31	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-31, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.617,75	17.235,50
32	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-32, PRANCHA 46, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	7.406,25	14.812,50
33	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF - MOD-33, PRANCHA 47 A 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	11.752,67	11.752,67
34	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF - MOD-34, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.918,00	8.918,00
35	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-35, PRANCHA 50, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.588,25	7.176,50
36	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-36, PRANCHA 51, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.482,67	8.482,67
37	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-37, PRANCHA 52, CONFORME	9.029,75	9.029,75

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.		
38	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-38, PRANCHA 53, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.227,00	8.227,00
39	1,00	UND	MESA EM MDF - MOD-39, PRANCHA 54, CONFORME PROJETO DISPONÍVEL ATRAVÉS DO LINK DO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.375,00	4.375,00
40	2,00	UND	MESA EM MDF - MOD-40, PRANCHA 55, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.531,75	5.063,50
41	9,00	UND	CADEIRA - MOD-41, PRANCHA 56, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	732,67	6.594,03
Valor total do lote 1: R\$ 389.695,37 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos)					

LOTE 2					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
42	1,00	UND	BALCÃO GUICHÊ - MOD 01, PRANCHA 01 A 05, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	24.400,00	24.400,00
43	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD 02, PRANCHA 06 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	10.944,75	10.944,75
44	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD 03, PRANCHA 07 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.032,50	6.032,50
45	1,00	UND	PAINEL EM MDF - MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.149,33	2.149,33
46	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-05, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.078,67	3.078,67
47	5,00	UND	MESA EM MDF - MOD-06, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.233,25	11.166,25

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

48	4,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-07, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.815,00	11.260,00
49	4,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-08, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.815,00	11.260,00
50	3,00	UND	MESA EM MDF - MOD-09, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.241,25	6.723,75
51	1,00	UND	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO - MOD-10, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.047,00	6.047,00
52	1,00	UND	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO - MOD-11, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.504,00	5.504,00
53	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-12, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.470,75	3.470,75
54	4,00	UND	MESA EM MDF - MOD-13, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.078,75	8.315,00
55	2,00	UND	ARMÁRIO GAVETEIRO EM MDF - MOD-14, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.586,25	3.172,50
56	1,00	UND	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO - MOD-15, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.956,33	8.956,33
57	1,00	UND	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO - MOD-16, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	7.624,00	7.624,00
58	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-17, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.243,00	4.243,00
59	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-18, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.924,50	4.924,50
60	3,00	UND	MESA EM MDF - MOD-19, PRANCHA 24,	1.933,00	5.799,00

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.		
61	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-20, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.135,75	6.135,75
62	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-21, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.693,25	3.693,25
63	1,00	UND	BALCÃO P/ PUERICULTURA - MOD-22, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.310,75	4.310,75
64	1,00	UND	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF - MOD-23, PRANCHA 28 E 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	12.789,50	12.789,50
65	2,00	UND	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF - MOD-24, PRANCHA 30 E 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	8.600,00	17.200,00
66	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-25, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.071,25	5.071,25
67	1,00	UND	MESA EM MDF - MOD-26, PRANCHA 33, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.098,50	2.098,50
68	5,00	UND	CADEIRA - MOD-27, PRANCHA 34, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	732,67	3.663,35
69	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-28, PRANCHA 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.953,25	4.953,25
70	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-29, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.113,75	5.113,75
71	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-30, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.182,67	4.182,67
72	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-31, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	12.596,75	12.596,75
73	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF - MOD-32, PRANCHA 39 E 40, CONFORME	13.206,50	13.206,50

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.		
74	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF - MOD-33, PRANCHA 41 E 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	11.575,25	11.575,25
75	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-34, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.482,25	3.482,25
76	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-35, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.631,25	13.262,50
77	1,00	UND	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF - MOD-36, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	10.418,75	10.418,75
78	1,00	UND	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF - MOD-37, PRANCHA 46 E 47, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	20.110,00	20.110,00
79	1,00	UND	BANCADA DE TRABALHO EM MDF - MOD-38, PRANCHA 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.616,00	2.616,00
80	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-39, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.707,00	4.707,00
Valor total do lote 2: R\$ 306.258,35 (trezentos e seis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos)					

LOTE 3					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
81	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD 01, PRANCHA 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	16.644,75	16.644,75
82	1,00	UND	BALCÃO EM MDF - MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	26.050,00	26.050,00
83	1,00	UND	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF - MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.212,50	4.212,50
84	2,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-04,	4.891,25	9.782,50

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.		
85	8,00	UND	MESA EM MDF - MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA...	1.869,75	14.958,00
86	4,00	UND	BALCÃO EM MDF - MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.726,25	10.905,00
87	4,00	UND	BALCÃO EM MDF - MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.726,25	10.905,00
88	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF - MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.867,00	4.867,00
89	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.892,00	2.892,00
90	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF - MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	9.800,00	9.800,00
91	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.985,75	3.985,75
92	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.283,00	4.283,00
93	4,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	9.900,00	39.600,00
94	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF - MOD-14, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	5.024,50	5.024,50
95	2,00	UND	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF - MOD-15, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.453,50	12.907,00
96	2,00	UND	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF - MOD-16, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO	7.365,00	14.730,00

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

			TERMO DE REFERÊNCIA.		
97	1,00	UND	BALCÃO EM MDF - MOD-17, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	6.009,75	6.009,75
98	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-18, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	4.450,00	4.450,00
99	1,00	UND	PRATELEIRA EM MDF - MOD-19, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.867,75	3.867,75
100	1,00	UND	PRATELEIRA EM MDF - MOD-20, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.708,50	2.708,50
101	1,00	UND	PRATELEIRA EM MDF - MOD-21, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	9.220,67	9.220,67
102	1,00	UND	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF - MOD-22, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.675,00	3.675,00
103	1,00	UND	ARMÁRIO EM MDF - MOD-23, PRANCHA 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.473,00	3.473,00
104	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-24, PRANCHA 30, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.872,00	2.872,00
105	1,00	UND	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF - MOD-25, PRANCHA 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	3.126,00	3.126,00
106	3,00	UND	PRATELEIRA EM MDF - MOD-26, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	2.169,50	6.508,50
Valor total do lote 3: R\$ 237.458,17 (duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos)					

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

LOTE 4					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
107	1,00	UND	BALCÃO GUICHÊ EM MDF - MOD 01, PRANCHA 01 A 06, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	15.176,00	15.176,00
108	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-02, PRANCHA 07, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	10.815,50	10.815,50
109	1,00	UND	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF - MOD-03, PRANCHA 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	17.681,00	17.681,00
110	1,00	UND	ARMÁRIO AÉREO EM MDF - MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	1.526,50	1.526,50
Valor total do lote 4: R\$ 45.199,00 (quarenta e cinco mil e cento e noventa e nove reais)					

Valor Total Geral: R\$ 978.610,89 (novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos)

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Processo Administrativo nº 48475/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Registro de Preços para contratação de empresa especializada na fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 Os serviços a serem contratados não se enquadram como continuados, visto que, o objeto se refere a serviços que não são prestados de forma contínua, ou seja, não são necessários de maneira permanente ou regular, não se enquadrando nos termos do artigo 6º, inc. XVII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.
- 1.5 A ata de registro de preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6 O quantitativo mínimo a ser cotado não pode ser inferior ao quantitativo máximo licitado.
- 1.7 Haverá exclusividade para MEI/ME/EPP para o grupo CAPSad, e não haverá abertura de cotas para os grupos USF Lago Azul, USF São Cristóvão, CAPSi, conforme justificativas apresentadas neste Termo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de Intenção/DFD 417/2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1 DAS COTAS E EXCLUSIVIDADE PARA MEI/EPP/ME

Considerando que os itens deste processo serão licitados pelo menor preço por grupo e que o grupo CAPSad ficou abaixo de R\$ 80.000,00, a Secretaria de Saúde é favorável a **exclusividade** para tais itens, visto que possivelmente haverá competitividade no certame.

Quanto à aplicação de cotas, solicitamos que **não ocorra a abertura de cotas** para os demais grupos, pois, conforme o decreto 8.538, de 6 de Outubro de 2015, Art. 10, não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

Esta medida se torna necessária, pois, caso contrário, poderá ocorrer a falta de padronização do objeto licitado caso seja aberto cotas para MEI/ME/EPP nos grupos USF Lago Azul, USF São Cristóvão, CAPSi, visto que se os itens forem vencidos por empresas diferentes, os materiais, insumos para confecção dos móveis, cores, e a qualidade da mão de obra poderão trazer consigo variações, podendo frustrar o objetivo da licitação e ferir o inciso II do art. 10 da lei 8538/15 e Art. 40, inciso V, alínea "a", da Lei 14.133/21, onde diz que: "I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas".

Sendo assim, observando-se o respaldo jurídico contidos nos artigos e leis apresentadas, e buscando atingir padronização, economicidade, ganho de escala e eficiência nas atividades e compras públicas, a Secretaria de Saúde solicita que não seja disponibilizada cota para Micro e Pequenas Empresas nos grupos que ultrapassaram o valor de R\$ 80.000,00. Além disso, acredita-se que a concorrência na disputa da licitação não será prejudicada, visto que existem inúmeras empresas do ramo no município e região que atendem a licitação na sua totalidade, conforme identificado em contratações anteriores.

3.2 DO REGISTRO DE PREÇOS

Considerando a importância dos itens solicitados, e que estes serão utilizados conforme a

demanda da Secretaria e quando as obras das unidades e serviços terem as suas obras finalizadas, sendo adquiridos, portanto, em momentos diferentes, sendo dividida pelos respectivos locais requisitantes, além de não ser possível prever com plena exatidão quando a obra em questão será finalizadas para que aconteça a efetivação da aquisição e consequentemente a entrega dos bens, visto que poderá haver prorrogações durante a fase de construção, surge à necessidade de utilizar o Sistema de Registro de Preços como forma de resguardar o Município contra imprevisibilidades ao longo do tempo com intuito de não trazer prejuízos à administração.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a sustentabilidade encontra-se detalhado no estudo técnico preliminar, informamos que não será solicitada documentação para comprovar.

Subcontratação

- 4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 4.4 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1 Início da execução do objeto: a fabricação deverá iniciar imediatamente após o recebimento da respectiva nota de empenho, não devendo ultrapassar o limite de 30 dias úteis.

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2 Os móveis deverão ser entregues, montados e instalados, conforme a respectiva nota de

empenho, de segunda a sexta-feira das 8h00 as 17 h00, nos seguintes endereços:

- USF SÃO CRISTÓVÃO - Rua Cartolã, 366 - Bairro São Cristóvão, Cascavel - PR, 85815-100;
- USF LAGO AZUL - Rua Lagoa Marapénde, 1449 - Lago Azul, Cascavel - PR, 85810-020;
- CAPSi - Rua José de Sá Cavalcanti, nº 552, bairro Claudete;
- CAPSad - Rua Santa Catarina, nº 107, bairro Centro;

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta feira, das 8h00 às 12h00, e das 13h00 às 17h00.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.4 Os descritivos dos móveis sob medida estão apresentados de forma sucinta e objetiva nos autos deste processo, devendo a empresa CONTRATA fabricar e montar os móveis conforme as especificações apresentadas nos projetos disponíveis em anexo.
- 5.5 Os móveis deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais de forma adequada, e deverão ser fornecidos e instalados com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento;
- 5.6 Deverá ser exigida garantia de, no mínimo 1 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.
- 5.7 Os mobiliários devem ter suas medidas conferidas antes do início da fabricação, considerando que pode haver diferenças de medidas após conclusão da obra;
- 5.8 Os mobiliários devem ser fabricados em MDF 18 mm ou 20 mm, conforme projeto, e as cubas em aço inox 304, conforme especificações contidas no projeto;
- 5.9 Os mobiliários devem ser confeccionados na cor **casca de ovo**, salvo exceções especificadas no projeto;
- 5.9.1 Poderá haver exceções ou variações quanto a cor do mobiliários a serem adquiridas, exceções estas que estarão disponíveis nos projetos anexos a este Termo.
- 5.9.2 Neste caso, a empresa CONTRATADA deverá entrar em contato com o Fiscal do Contrato para definição da cor do objeto antes da fabricação dos móveis para sanar possíveis dúvidas, pois não serão aceitos móveis em desconformidade com o projeto.
- 5.10 Nas situações onde os projetos referência possuírem **correções**, as mesmas devem ser

metálicas telescópicas;

5.11 Nas situações onde os projetos referência possuírem portas e gavetas, as mesmas devem ser com puxadores **metálicos tipo alça ou cava**, conforme projeto;

5.12 Para os itens que incluem **granito** em sua montagem, a cor do granito deverá ser **verde Ubatuba ou Labrador**, devendo-se seguir as medidas e especificidades incluídas no seu projeto;

5.13 Nas situações onde os projetos possuírem cuba e torneira, as mesmas deverão compor o mobiliário na configuração: protetor de sifão em formato de "u" confeccionado em MDF 15 mm, conforme projeto, e cuba em aço inox, com válvula metálica e torneira de mesa em aço inox cromado, com bica móvel e sistema de abertura de ¼ de volta instaladas, devidamente instaladas com sifão e conector incluídos;

5.14 Nas situações onde os projetos referência possuírem pés, os mesmos devem ser metálicos com regulagem de altura;

5.15 Nas situações onde os projetos referência possuírem sapatas/ponteiros, as mesmas devem ser de polipropileno injetado;

5.16 Todos os mobiliários adquiridos deverão ser instalados nos locais solicitados, conforme projeto;

5.17 Nas situações onde o projeto apresente alguma particularidade diferente das apresentadas aqui ou no Estudo Preliminar deve-se considerar o especificado no projeto.

5.18 As medidas dos descritivos de móveis planejados poderão sofrer alterações para mais ou para menos (margem de erro), considerando alterações estruturais decorrentes do material de construção utilizado.

5.18.1 A contratada, antes da fabricação dos móveis, deverá realizar a medição **in loco** a fim de adequar perfeitamente os móveis ao local.

5.19 Nas situações onde o projeto apresente alguma particularidade diferente das apresentadas aqui devem ser considerados o especificado no projeto.

5.20 Participação de consórcio e possibilidade de subcontratação: pelo baixo grau de complexidade do objeto não será permitida a participação em consórcio, nem a subcontratação de parte ou de todo o objeto.

5.21 Para o fornecimento dos bens será adotado o Sistema de Registro de Preços, pois este processo se trata de uma contratação para fornecimento **parcelado**, com a definição da demanda somente quando determinada obra ou reforma finalizarem ou quando surgir à necessidade de substituição de móveis deteriorados.

5.22 O pagamento à contratada será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário.

5.23 O prazo de entrega para os mobiliários descritos neste Estudo Preliminar, poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogado a pedido do contratado, desde que haja justificativa fundamentada.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.24 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.24.1 Justificativa do Pedido de Garantia

Com intuito de proteger o Município contra aquisições de bens de baixa qualidade e/ou com vícios não aparentes no ato de recebimento e durante o prazo de garantia previsto no CDC, e buscando adquirir bens com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, e considerando que esta contratação visa à compra de bens duráveis, a **garantia de um ano** torna-se essencial para reduzir às chances de prejuízos ao erário pela decorrência de compras de equipamentos/bens de qualidade, durabilidade e desempenhado abaixo do esperado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.25 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 Considerando que esta contratação se encerrará assim que a CONTRATADA entregar totalmente os móveis sob medida nos locais pré-determinados, não será necessário a indicação de um preposto por parte da CONTRATADA.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.10 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

- 6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos

fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento não utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), considerando que a contratação se dará pelo valor do item.

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023).

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de

caráter administrativo.

7.6 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente,

após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- 7.9.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho, na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.9.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.9.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.9.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.9.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.10 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.13 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 dias

úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.14 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante

deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Das propostas

- 8.1 Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, logísticos, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço, conforme justificativa constante no item 2.3.3 do ETP;
- 8.1.1 A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a planilha de custos detalhada juntamente com a proposta sob pena de desclassificação a fim de demonstrar se o preço de venda informado é exequível ou não, entre outras finalidades.
- 8.2 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida;
- 8.3 A municipalidade reserva-se o direito a efetuar diligências, questionamentos, entrar em contato para dirimir eventuais dúvidas ou averiguações;
- 8.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação conforme jurisprudência já consolidada por não se tratar de uma contratação complexa. Esse prazo é necessário para assegurar que as propostas apresentadas estejam alinhadas com as condições econômicas e operacionais atuais.
- 8.5 No presente processo serão concedidos os benefícios às ME/EPP no que se refere a documentação de habilitação e ao empate ficto, conforme disposto na LC nº 123/2006.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.6 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por **GRUPO**.
- 8.7 O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Regime de execução

- 8.8 O regime de execução do contrato será a empreitada por PREÇO UNITÁRIO, considerando que a contratação se dará pelo valor pago a contratada por objeto/item fabricado. Além disso, o estudo técnico preliminar demonstra que o preço unitário é o regime que melhor se adapta à natureza variável do serviço e às necessidades da administração pública, garantindo que os pagamentos sejam ajustados conforme características quantitativas e qualitativas presentes nos autos deste processo e nos projetos dos mobiliários.

Exigências de habilitação

- 8.9 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.10 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.11 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.12 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.13 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.14 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 8.15 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.16 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.17 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.18 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.19 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.20 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.22 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.23 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.24 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 8.25 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.26 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.27 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.28 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.29 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.30 Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.30.1 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;
- 8.30.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

- 8.31 A documentação relativa à comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do licitante consistirá em:
- 8.32 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e

operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões** ou **atestados**, emitidos por pessoa **jurídica de direito público ou privado**, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32.1 Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa-licitante, devendo constar a manifestação de outro órgão público ou privado na onde seja declarado que a empresa em questão executou de forma satisfatória o objeto de contrato, devendo constar neste atestado o número da licitação, número do contrato, razão social, período da contratação, objeto de contrato, devendo este ser similar ou superior ao objeto desta contratação.

8.32.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.33 A empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a **Licença Ambiental** da empresa que fabricará os móveis.

8.33.1 Caso a empresa seja dispensada da Licença Ambiental, a empresa licitante deverá apresentar a Declaração de Dispensa de Licença Ambiental ou documento equivalente emitido pelo órgão responsável.

8.33.2 Poderá ser aceita a Licença Ambiental Simplificada.

8.34 Justificativa do Pedido da Licença Ambiental

Justifica-se a solicitação, uma vez que a regulamentação da licença ambiental está disposta na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237/1997, e instituída e regulamentada no Decreto Municipal nº 12.506/18 sendo que dentre os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental está a fabricação de estruturas de madeira e de móveis – objeto desta licitação.

Disposições referentes à participação de cooperativas:

8.35 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.35.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a

contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.35.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.35.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.35.4 O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

8.35.5 A comprovação de integração das respectivas quotas partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.35.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.35.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 978.610,89 (novecentos e setenta e oito mil, seiscentos e dez reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na requisição em anexo.

9.1.1 Considerando que os itens deste processo de contratação serão adquiridos por unidade e que a fabricação de cada móvel sob medida envolve mão de obra técnica especializada, bem como a utilização de diversos materiais, equipamentos, utensílios e procedimentos específicos, torna-se inviável a elaboração detalhada da planilha de composição de custos por parte do setor

requisitante.

9.29.2 Dessa forma, justifica-se a ausência da referida planilha preenchida, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe dos meios necessários, tampouco de servidores com capacitação técnica específica para realizar a estimativa detalhada dos custos envolvidos na produção do objeto desta contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 08.001.001 - SESAU - Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Fonte de Recursos: Dotação 325 e 330;
- III) Programa de Trabalho: Ação 2758;
- IV) Elemento de Despesa: 3.449.052.420 - Mobiliário em geral

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cascavel, 05 de maio de 2026.


Alana Meira Reichert

Emissor

Agente Administrativo

33.953-2


Dalana Cristina Alves

Gerente de Divisão

20.623-1


Ali H. Haidar
Secretário de Saúde

ANEXO I

(Processo Administrativo n.º 48475/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **PODERÃO** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – 'PREÇO', a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

~~"O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos."~~

2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo **VALOR ESTIMADO** a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR qual exige, em sua Cláusula Sétima – 'REAJUSTE', a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o IPCA - IBGE.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL** prevista em sua Cláusula Décima, que:

1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da **EXTINÇÃO CONTRATUAL**, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

5.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

5.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções

administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. Considerando a Resolução n.º 069/2024 da Procuradoria Geral do Município de Cascavel, informamos que, em seu item 4. 'DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS', deverá constar a seguinte redação:

6.1 Durante a vigência da ata, os órgãos da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

6.1.1 ~~apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;~~

6.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

6.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

6.2 A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

6.2.1 O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 O órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

7. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Designação	Matrícula	Nome	Cargo/ Função
------------	-----------	------	---------------

Fiscal de Contrato 01	29.046-1	Ivanilde Vaniski	Enfermeira, Gerente Distrital
Suplente de Fiscal de Contrato 01	25.916-1	Marise Neumann Fin	Administradora Hospitalar, Gerente Distrital
Fiscal de Contrato 02	17.961-1	Mariléia Sandra Renostro	Auxiliar de Enfermagem, coordenador de Unidade de Saúde
Suplente de Fiscal de Contrato 02	39.371-1	Francieli Vieira dos Santos-Sonda	Gerente de Atenção à Saúde Mental
Fiscal de Contrato 03	24.754-1	Caroline Defaveri	Assistente Social, Encarregado de Setor designado
Suplente de Fiscal de Contrato 03	34.366-2	Heloyza Patrícia Pereira	Assistente Social
Gestor(a)	30.388-2	Jonatha Alexandre Azevedo da Silva	Administrador Hospitalar
Suplente de Gestor(a)	24.787-2	Pâmela Cristina de Almeida Cruz	Administradora Hospitalar

A fiscal de contrato 01 e a suplente de fiscal de contrato 01 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues às Unidades de Saúde da Família.

A fiscal de contrato 02 e a suplente de fiscal de contrato 02 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues ao CAPSi.

A fiscal de contrato 03 e a suplente de fiscal de contrato 03 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues ao CAPSad.

Cascavel, 02 de abril de 2026.

Elaborado por:

Alana Meira R.
Agente Administrativo

Ciente,

Ali H. Faidar
Secretário de Saúde

Fornecedor:

Data:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

CNPJ:

I.E.:

Fone:

E-mail:

PLANILHA DE CUSTOS

GRUPO 01 - USF LAGO AZUL

Item	Qtde	Apres.	Descrição	Custo com mão de obra	Custo com material	Outros custos	TOTAL
1	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHAS 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
2	1	und.	CONJUNTO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
3	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
4	1	und.	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
5	2	und.	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
6	4	und.	GAVETEIRO MÓVEL EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
7	1	und.	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
8	1	und.	BALCÃO PARA PUERICULTURA EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
9	8	und.	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
10	5	und.	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
11	3	und.	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
12	2	und.	MESA EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
13	2	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
14	1	und.	BANCADA EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20 A 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
15	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
16	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
17	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
18	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
19	1	und.	MESA/BANCADA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
20	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
21	1	und.	MESA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
22	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 29 A 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
23	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 33 A 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
24	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
25	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
26	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-26, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
27	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-27, PRANCHA 39, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
28	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 40 A 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
29	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
30	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
31	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
32	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 46, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
33	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 47 A 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
34	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
35	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 50, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
36	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-36, PRANCHA 51, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
37	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-37, PRANCHA 52, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
38	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 53, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
39	1	und.	MESA EM MDF – MOD-39, PRANCHA 54, CONFORME PROJETO DISPONÍVEL ATRAVÉS DO LINK DO TERMO DE REFERÊNCIA.				
40	2	und.	MESA EM MDF – MOD-40, PRANCHA 55, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
41	9	und.	CADEIRA – MOD-41, PRANCHA 56, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				

GRUPO 02 - USF SÃO CRISTÓVÃO

Item	Qtde	Apres.	Descrição	Custo com mão de obra	Custo com material	Outros custos	TOTAL
1	1	und.	BALCÃO GUICHÊ – MOD 01, PRANCHA 01 A 05, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
2	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 06 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
3	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 07 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
4	1	und.	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
5	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-05, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
6	5	und.	MESA EM MDF – MOD-06, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
7	4	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
8	4	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
9	3	und.	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
10	1	und.	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-10, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
11	1	und.	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-11, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
12	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
13	4	und.	MESA EM MDF – MOD-13, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
14	2	und.	ARMÁRIO GAVETEIRO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
15	1	und.	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-15, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
16	1	und.	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-16, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
17	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
18	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
19	3	und.	MESA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
20	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
21	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-21, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
22	1	und.	BALCÃO P/ PUERICULTURA – MOD-22, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
23	1	und.	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-23, PRANCHA 28 E 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
24	2	und.	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30 E 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
25	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
26	1	und.	MESA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 33, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
27	5	und.	CADEIRA – MOD-27, PRANCHA 34, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
28	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
29	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
30	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
31	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
32	1	und.	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 39 E 40, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
33	1	und.	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 41 E 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
34	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
35	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
36	1	und.	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-36, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
37	1	und.	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-37, PRANCHA 46 E 47, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
38	1	und.	BANCADA DE TRABALHO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
39	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-39, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				

GRUPO 03 - CAPSI

Item	Qtde	Apres.	Descrição	Custo com mão de obra	Custo com material	Outros custos	TOTAL
1	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
2	1	und.	BALCÃO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
3	1	und.	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
4	2	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
5	8	und.	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
6	4	und.	BALCÃO EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				

72
1.

73
l.

7	4	und.	BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
8	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
9	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
10	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
11	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
12	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
13	4	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
14	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
15	2	und.	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
16	2	und.	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
17	1	und.	BALCÃO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
18	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
19	1	und.	PRATELEIRA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
20	1	und.	PRATELEIRA EM MDF – MOD-20, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
21	1	und.	PRATELEIRA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
22	1	und.	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
23	1	und.	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
24	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
25	1	und.	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
26	3	und.	PRATELEIRA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				

GRUPO 04 - CAPS ad







Item	Qtde	Apres.	Descrição	Custo com mão de obra	Custo com material	Outros custos	TOTAL
1	1	und.	BALCÃO GUICHÊ EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 06, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
2	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-02, PRANCHA 07, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
3	1	und.	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-03, PRANCHA 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				
4	1	und.	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.				

Considerando que os itens deste processo de contratação serão adquiridos por unidade e que a fabricação de cada móvel sob medida envolve mão de obra técnica especializada, bem como a utilização de diversos materiais, equipamentos, utensílios e procedimentos específicos, torna-se inviável a elaboração detalhada da planilha de composição de custos por parte do setor requisitante.

Dessa forma, justifica-se a ausência da referida planilha, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe dos meios necessários, tampouco de servidores com capacitação técnica específica para realizar a estimativa detalhada dos custos envolvidos na produção do objeto desta contratação.

APENDICE DO ANEXO 2 – CADERNO MOBILÁRIO

CAPS – ad

-  01
-  02
-  03
-  04
-  05
-  06
-  07
-  08
-  09

CAPSi_Parte I



















-  00 - CAPA
-  00 - PLANTA DE LOCALIZACAO
-  01
-  02
-  03
-  04
-  05
-  06
-  07
-  08
-  09
-  10
-  11
-  12
-  13
-  14
-  15
-  16
-  17

CAPSi_Parte II



























-  18
-  19
-  20
-  21
-  22
-  23
-  24
-  25
-  26
-  27
-  28
-  29
-  30
-  31
-  32

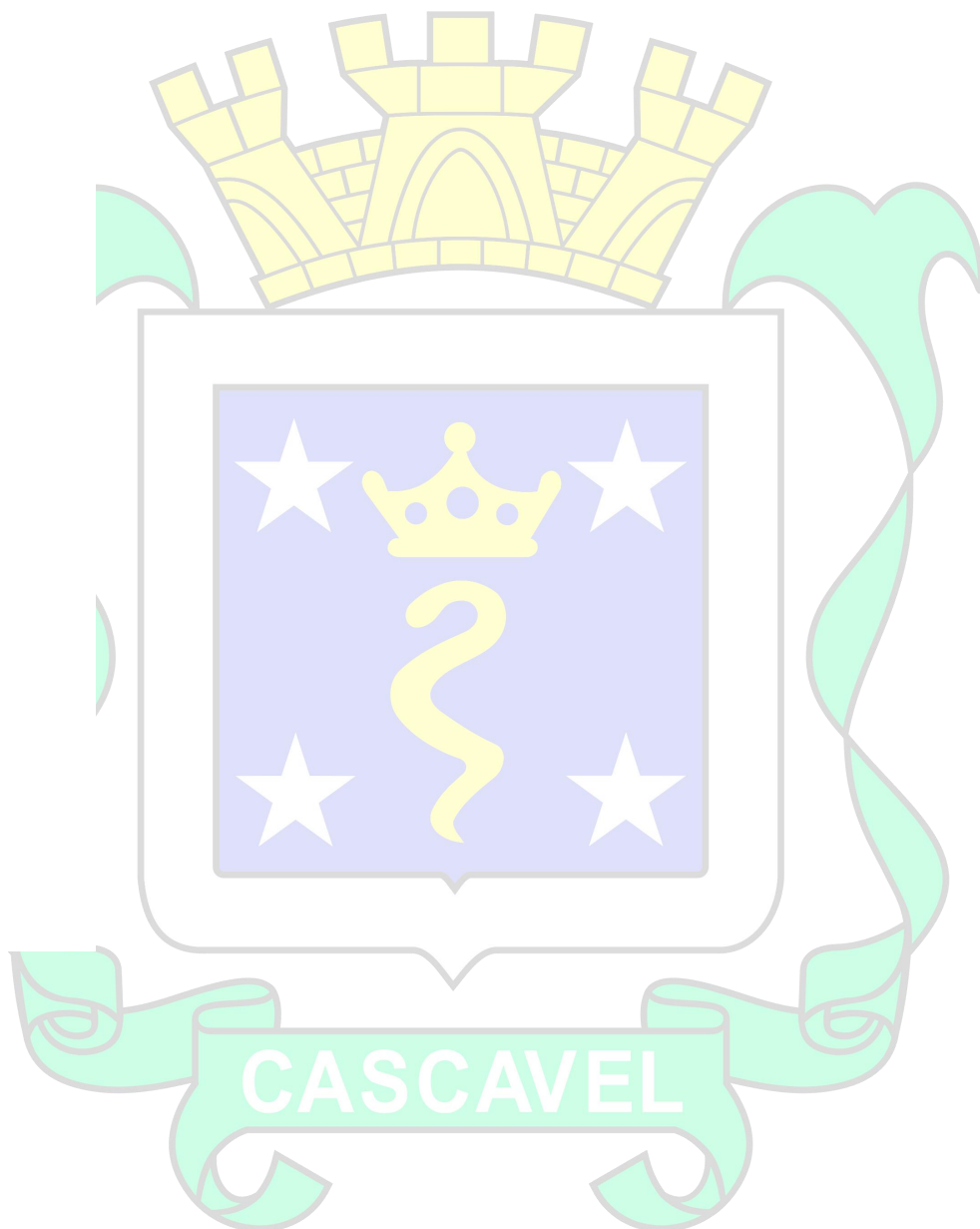
 Relacao de moveis - CAPS-I

USF LAGO AZUL_Parte I



-  00 - CAPA
-  00 - PLANTA DE LOCALIZACAO
-  01
-  02
-  03
-  04
-  05
-  06
-  07
-  08
-  09
-  10
-  11
-  12
-  13
-  14
-  15
-  16


USF LAGO AZUL_Parte II

-  17
-  18
-  19
-  20
-  21
-  22
-  23
-  24
-  25
-  26
-  27
-  28
-  29
-  30
-  31
-  32
-  33
-  34
-  35
-  36
-  37
-  38
-  39
-  40
-  41
-  42



USF LAGO AZUL_Parte III

















-  43
-  44
-  45
-  46
-  47
-  48
-  49
-  50
-  51
-  52
-  53
-  54
-  55
-  56

 Relacao de moveis - USF Lago Azul

USF SÃO CRISTOVAO_Parte I

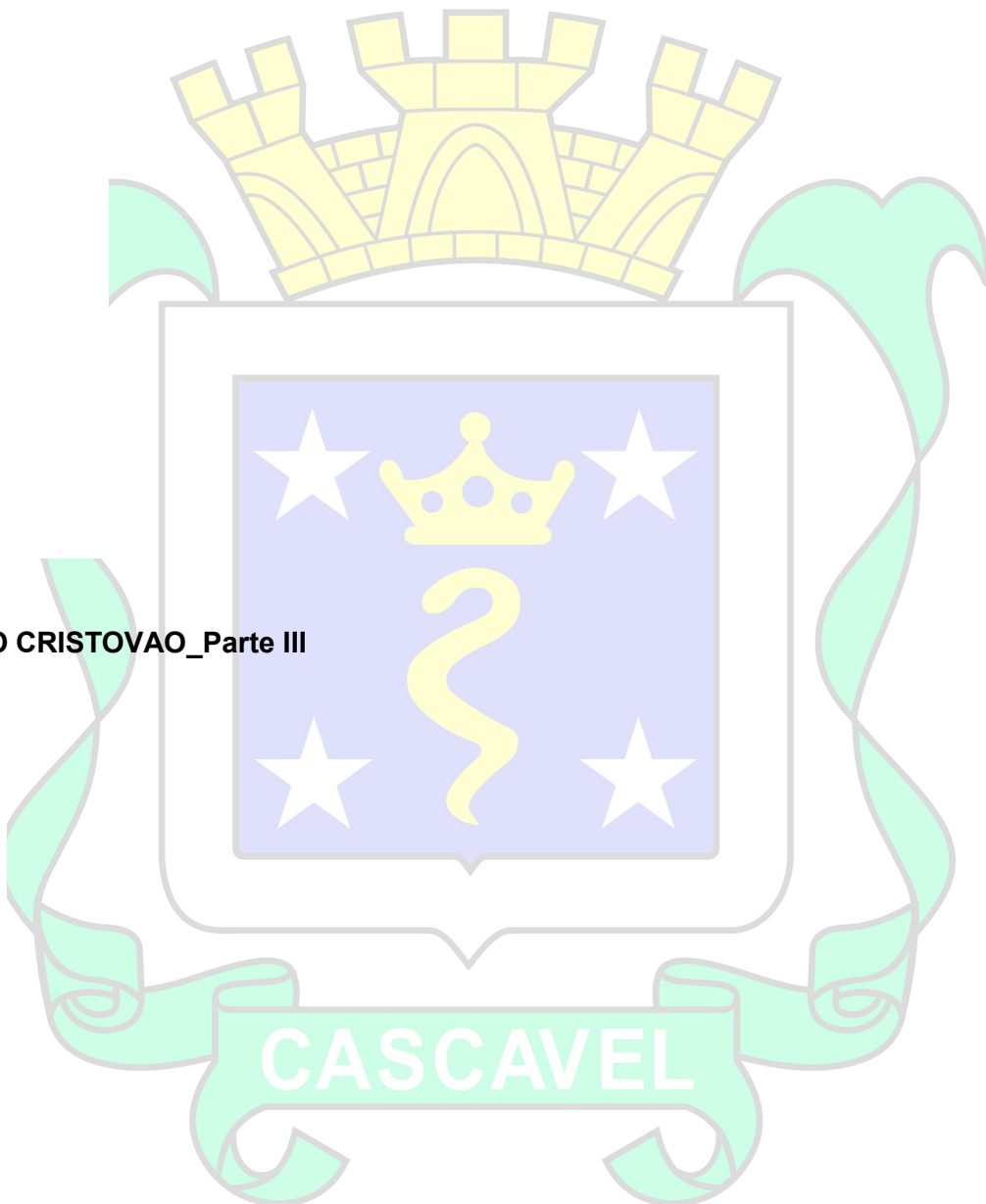
-  00 - CAPA
-  00 - PLANTA DE LOCALIZACAO SAO CRISTOVAO
-  01
-  02
-  03
-  04
-  05
-  06
-  07
-  08
-  09
-  10
-  11
-  12
-  13
-  14
-  15
-  16
-  17
-  18

USF SÃO CRISTOVAO_Parte II

-  19
-  20
-  21
-  22
-  23
-  24
-  25
-  26
-  27
-  28
-  29
-  30
-  31
-  32
-  33
-  34
-  35

USF SÃO CRISTOVAO_Parte III

-  36
-  37
-  38
-  39
-  40
-  41
-  42
-  43
-  44
-  45
-  46
-  47
-  48
-  49



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Item: _____

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

**RESOLUÇÃO Nº69/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada da Ata de Registro de Preços

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada da Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 19 de março de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município
EDSON
ZOREK:02756516902

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.20 07:57:18 -03'00'

MODELO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **Sr. Ali Hassan Haidar**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 e pelo Prefeito do Município de Cascavel, **Sr. Renato Silva**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 18.027, de 25 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação do serviço de **Fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação nº 90069/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; e

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

4.9. A adesão pelo Município à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo Federal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que o detentor haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações e acompanhado de pesquisa prévia comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em conformidade com o art. 23 do Decreto 18.027/2024, até o limite do quantitativo original e proporcionalmente ao período de prorrogação da ata.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão participante para órgão participante; ou

8.2.2. De órgão participante para órgão não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, serão observados os limites previstos no art. 36 do Decreto nº 18.027 de 2024.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. for liberado;
- 9.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- 9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 9.1.6. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 29, deste Decreto; ou
- 9.1.7. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.7.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 28 e no §4º do art. 29, do Decreto nº 18.027/2024;
- 9.4.2. pelo decurso do prazo de vigência;
- 9.4.3. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

9.4.4. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

9.4.5. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALI HASSAN HAIDAR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCADEL
RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

Cadastro Reserva

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**RESOLUÇÃO Nº74/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra, exceto Serviços Comuns de Engenharia

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra, exceto Serviços Comuns de Engenharia.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 26 de março de 2024.

EDSON
ZOREK:02756516902

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.04.01 17:22:32
-03'00'

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município

Modelo de Termo de Contrato

Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

(Processo Administrativo nº 48475//2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CASCADEL/PR POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE
CASCADEL E

O Fundo Municipal de Saúde de Cascavel, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **Sr. Ali Hassan Haidar**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 residente e domiciliado nesta cidade, por intermédio do Município de Cascavel, neste ato representado pelo Prefeito do Município de Cascavel, **Sr. Renato Silva**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominados CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação do serviço de **Fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. Nos casos em que a prorrogação automática de que trata o item 2.3 for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas".

OU

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

2.7. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, *atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.9. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.10. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.12. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/04/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALI HASSAN HAIDAR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCABEL
RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



25
1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

O objeto da futura contratação é o Registro de preços para Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço de confecção e instalação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde.

Os móveis projetados para as Unidades de Saúde da Família – USF Lago Azul equiparão a nova Unidade que se encontra em construção, com previsão de conclusão da obra para o mês de maio. Já os móveis projetados para a USF São Cristóvão destinam-se à Unidade que atualmente passa por reforma em suas instalações, sendo que os móveis planejados serão adquiridos em substituição ao mobiliário existente que se encontra deteriorado. A aquisição visa adequar a ambiência técnico-sanitária que permeia as Unidades e os Serviços de Saúde, considerando os fluxos internos de atendimento aos munícipes, bem como suprir a necessidade de mobiliário sob medida para essas Unidades. Ressalta-se que o mobiliário da USF Lago Azul deverá ser adquirido por meio de recurso vinculado à Resolução SESA nº 1946/2025, enquanto o mobiliário da USF São Cristóvão será custeado por recurso vinculado à Emenda Impositiva nº 147/2026 da Câmara Municipal.

Também foram projetados móveis visando suprir a necessidade de mobiliário sob medida para o CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infância e Adolescência, que está com sua nova sede em construção, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2026, e que necessitará ser devidamente mobiliada. A aquisição para este serviço deverá ser realizada por meio de recurso vinculado à Resolução SESA nº 1946/2025.

Por fim, os móveis planejados para atendimento ao CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, servirão para remodelar a recepção do serviço e substituir os móveis deteriorados da

26
1 -
cozinha e deverão ser adquiridos através de recurso vinculado à Resolução nº 115/2024 retificada pela resolução nº 087/2024 do CMDCA, FIA – Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Em suma, a confecção de móveis sob medida para a equipagem e adaptação desses espaços faz-se imprescindível, favorecendo a execução dos processos de trabalho e o atendimento às demandas dos usuários atendidos nas Unidades de Saúde da Família – USF Lago Azul e São Cristóvão, bem como no CAPSi e no CAPSad.

2 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

2.1 REQUISITOS MÍNIMOS: qualidade e durabilidade do que se pretende adquirir, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, mediante Pregão Eletrônico, haja vista tratar-se de serviços comuns. Conforme consta na Lei 14.133/21 artigo 6º, XIII - os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.1.1 Poderá participar desta licitação qualquer empresa capaz de atender as demandas, estimativas de quantitativos e prazos.

2.1.2 Atender aos critérios de aceitação, de habilitação, requisitos técnicos e outras condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

2.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.1.4 Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma Compras Gov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste processo, prevalecerá o descrito neste processo, a ser considerando para fins de proposta ajustada.

2.2 BENEFÍCIOS ÀS ME/EPP: No presente processo serão concedidos os benefícios às ME/EPP no que se refere a documentação de habilitação e ao empate ficto, conforme disposto na LC nº 123/2006.

2.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.3.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de confecção de móveis planejados.

2.3.2 Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, ou seja, são produtos ou serviços que podem ser contratados com base no preço final, já que, quando comparados entre si não necessitam de uma avaliação minuciosa.

- 2.3.3** A forma de adjudicação adotada será a de menor preço por grupo, uma vez que os produtos a serem adquiridos pertencem ao mesmo segmento. Ressalta-se que tal modalidade de julgamento não encontra óbice no ordenamento jurídico, decorrendo do poder discricionário conferido à Administração Pública para estabelecer critérios que melhor se adéquem às suas necessidades.
- 2.3.4** A propósito disso considerando a presumida inconveniência de a Administração contar com um número elevado de fornecedores, o que aumenta a probabilidade de ocorrência de transtornos relacionados à prestação de serviços descontinuados, despadronizados ou não sincronizados, impõe-se a adoção de forma de seleção que melhor atenda ao interesse público.
- 2.3.5** Desse modo, embora seja recomendável que o julgamento da licitação ocorra por itens, admite-se, em determinadas hipóteses, a adoção do critério por grupo de itens, desde que tal medida não implique prejuízo ao conjunto da contratação. Ao contrário, essa sistemática pode favorecer o planejamento da contratação e possibilitar ganhos de escala, contribuindo para maior eficiência administrativa.

2.4 VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 2.4.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.

2.5 DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 2.5.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

2.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para esta contratação, deverá a empresa interessada apresentar:

- 2.6.1** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões** ou **atestados**, emitidos por pessoa **jurídica de direito público ou privado**, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 2.6.2** Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, devendo constar a manifestação de outro órgão público ou privado na onde seja declarado que a empresa em questão executou de forma satisfatória o objeto de contrato, devendo constar neste atestado o número da licitação,

número do contrato, razão social, período da contratação, objeto de contrato, devendo este ser similar ou superior ao objeto desta contratação.

2.6.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

2.6.4 A empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a **Licença Ambiental** da empresa que fabricará os móveis.

2.6.4.1 Caso a empresa seja dispensada da Licença Ambiental, a empresa licitante deverá apresentar a Declaração de Dispensa de Licença Ambiental ou documento equivalente emitido pelo órgão responsável.

2.6.4.2 Poderá ser aceita a Licença Ambiental Simplificada

2.6.5 Justificativa do Pedido da Licença Ambiental

Justifica-se a solicitação, uma vez que a regulamentação da licença ambiental está disposta na Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA nº 237/1997, e instituída e regulamentada no Decreto Municipal nº 12.506/18 sendo que dentre os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental está a fabricação de **estruturas de madeira e de móveis** – objeto desta licitação.

2.3 DA SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, com intuito de dar ênfase nas compras sustentáveis e realizadas pelo Município de Cascavel, torna-se necessário as empresas licitantes atuarem na promoção da Sustentabilidade Ambiental, Social e econômica, conforme a seguir:

2.3.1 Sustentabilidade Ambiental

2.3.1.1 Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis.

2.3.1.2 A contratada deve adotar na retirada de resíduos, prática de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

2.3.1.3 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

2.3.1.4 Os resíduos devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize material reciclável, de forma a garantir a máxima proteção

durante o transporte e o armazenamento.

2.3.1.5 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

2.3.1.6 Observar a Resolução CONAMA nº 237/1997 e Decreto Municipal nº 12.506/18.

2.3.2 Sustentabilidade Social

2.3.2.1 A sustentabilidade social se refere a um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da sociedade. Estas ações visam garantir acesso aos serviços de saúde diminuindo a desigualdade social e garantindo a todos sem distinção de raça, cor ou gênero o acesso aos serviços essenciais de saúde, como a terapia por ondas de choque focais para atendimentos aos pacientes encaminhados ao Serviço de Geriatria promovido pelo ente público.

2.3.2.2 Deve ser priorizado o emprego do serviço licitado, materiais, equipamentos de origem local, para a execução e manutenção.

2.3.2.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, buscando evitar acidentes de trabalho.

2.3.3 Sustentabilidade Econômica

2.3.3.1 Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização, na redução do consumo de energia, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.

2.4 DA NÃO DISPONIBILIZAÇÃO DE COTAS PARA MEI/EPP/ME

Solicita-se que não ocorra a abertura de cotas para empresas enquadradas como MEI/ME/EPP, pois, conforme o decreto 8.538, de 6 de Outubro de 2015, Art. 10, *não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando: II – O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;*

Desse modo, considerando que poderá ocorrer a falta de padronização do objeto licitado caso seja aberto cota para MEI/ME/EPP, visto que se os itens forem vencidos por empresas diferentes, os materiais, insumos para confecção dos móveis, cores, e a qualidade da mão de obra poderão trazer consigo variações, solicitamos que não seja aberta cota para as licitantes enquadradas como MEI/ME/EPP. Além disso, conforme já exposto no inciso II do art. 10 da lei 8538/15, pode-se justificar ainda que caso seja aberta cota para Micro e Pequenas Empresas, pode-se ocorrer também à perda da padronização do objeto, conforme consta no Art. 40, inciso V, alínea "a", da Lei 14.133/21, onde diz que: *I – atender ao princípio da padronização, que imponha*

compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas;

Diante do exposto, observando-se o respaldo jurídico contido nos artigos e leis apresentados e buscando atingir a padronização, a economicidade e a eficiência nas atividades e nas compras públicas, a Secretaria de Saúde solicita que não seja disponibilizada cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos grupos que ultrapassem o valor de R\$ 80.000,00.

Ademais, entende-se que a concorrência no processo licitatório não será prejudicada, tendo em vista a existência de diversas empresas do ramo no município e na região que possuem capacidade para atender integralmente ao objeto da licitação.

3 CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do § 1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 – SEPLAG).

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itenspadronizados>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo somente possui os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

4.1 SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

Solução 1 – Compra de móveis pré moldados;

Solução 2 – Fabricação de móveis pela própria Secretaria;

Solução 3 – Contratação de empresa especializada para fabricação de móveis sob medida;

4.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

A fim de comparar as soluções existentes para atendimento desta demanda, foram analisados os aspectos econômicos, a conveniência da contratação e a eficiência das alternativas

anteriormente mencionadas, para que o Município de Cascavel possa contratar/adquirir móveis de forma objetiva e vantajosa como um todo. Segue abaixo as informações levantadas:

4.2.1 Conveniência

4.2.1.1 Compra de Móveis Pré-moldados

Considerando os espaços físicos das Unidades e Serviços de Saúde, bem como os aspectos ergonômicos e as necessidades específicas das atividades desempenhadas pelos servidores, buscando-se ainda a objetividade e a isonomia no atendimento das demandas, verifica-se que a adoção de móveis pré-moldados se mostra inadequada. Tal inadequação decorre do fato de que esse tipo de mobiliário não atenderia de forma satisfatória ao layout dos ambientes, tampouco às exigências de higienização e limpeza terminal próprias das Unidades de saúde, além de não se adequar plenamente às dimensões e características dos espaços existentes. Dessa forma, constata-se que essa alternativa não atenderia integralmente às necessidades dos servidores que utilizarão os mobiliários nas Unidades de Saúde, tornando-se, portanto, inviável ao Município a adoção desse tipo de contratação.

4.2.1.2 Fabricação de Móveis pela Própria Secretaria

A fabricação de móveis caracteriza-se como um serviço comum, cuja demanda atende diversos órgãos da Prefeitura de Cascavel. Nesse contexto, a eventual implantação de um centro próprio de fabricação de móveis para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e aos demais setores da Administração Pública Municipal poderia, em tese, representar uma solução conveniente, especialmente pela maior facilidade de comunicação entre a equipe responsável pela fabricação e os setores requisitantes, bem como pela possibilidade de produção de mobiliários sob medida, em quantidades adequadas e conforme as necessidades específicas de cada serviço. Entretanto, verifica-se que tanto a Secretaria Municipal de Saúde quanto a Prefeitura de Cascavel não dispõem, no momento, dos recursos necessários para a implantação e operacionalização de tal estrutura. Entre os fatores limitantes destacam-se a ausência de infraestrutura adequada, materiais e equipamentos específicos, capacidade de armazenamento, bem como a inexistência de mão de obra especializada em quantitativo suficiente, além de outros insumos essenciais ao pleno funcionamento do serviço.

Ademais, considerando que a Secretaria da Saúde se encontra com obras em andamento e reformas em Unidades de saúde, a implantação de um centro próprio de fabricação de móveis demandaria investimentos estruturais e operacionais significativos, o que não se mostra viável no presente momento.

Isto posto, conclui-se que a implementação dessa alternativa não se apresenta como solução conveniente para o atendimento da demanda identificada, motivo pelo qual se mostra mais

vantajosa a contratação do objeto por meio de procedimento licitatório.

4.2.1.3 Contratação de Empresa Especializada para Fabricação de Móveis Sob Medida;

Considerando os aspectos analisados nos itens 4.2.1.1 e 4.2.1.2, conclui-se que a adoção da alternativa de contratação de empresa especializada para fabricação de móveis sob medida se apresenta como a medida mais conveniente e vantajosa ao Município, por assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência e economicidade. Ademais, possibilita a aquisição de mobiliários compatíveis com as necessidades operacionais das Unidades e Serviços de Saúde, atendendo às especificidades das atividades desempenhadas pelos servidores, bem como às particularidades dos layouts, dimensões e organização dos espaços físicos disponíveis em cada local, contribuindo para maior funcionalidade, organização e adequado aproveitamento dos ambientes.

4.2.2 Economicidade

Considerando os princípios administrativos, legais e de gestão pública, a **Solução 3** apresenta-se como a alternativa economicamente mais viável, por atender às necessidades do serviço no tempo oportuno, bem como na quantidade e qualidade requeridas.

Por meio desse modelo de contratação, não será necessária a contratação ou alocação adicional de servidores para o desempenho dessa atividade, tampouco a locação de imóvel de grande porte destinado à implantação de um sistema próprio de produção de móveis sob medida.

Ressalta-se, ainda, que possivelmente não haveria demanda contínua suficiente para manter linhas de produção ativas exclusivamente para atendimento da Secretaria de Saúde. Nesse cenário, poderia ocorrer ociosidade de mão de obra, bem como a depreciação de equipamentos e materiais, o que acarretaria aumento de custos e potenciais gastos desnecessários aos cofres Públicos.

4.2.3 Eficiência

Considerando as informações levantadas nos subitens 4.2.1, 4.2.2 e demais correlatos deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que, no presente momento, a Solução 3 configura-se como a alternativa mais viável e adequada para o atendimento da demanda apresentada. Tal entendimento fundamenta-se na observância dos princípios que regem a Administração Pública, com ênfase no princípio da eficiência.

Além disso, a adoção desta solução demonstra-se compatível com os recursos financeiros, humanos e estruturais disponíveis no âmbito do Município, evitando a necessidade de ampliação de quadro de pessoal ou de investimentos adicionais em estrutura física e operacional.

Dessa forma, a Solução 3 apresenta-se como a alternativa mais vantajosa sob os aspectos

técnico, operacional e econômico, possibilitando o atendimento da demanda administrativa no tempo oportuno, com a qualidade e nas quantidades necessárias, assegurando a adequada estruturação e funcionamento das Unidades e Serviços de Saúde

4.3 CONTRATAÇÕES SIMILARES

Após pesquisa realizada no Portal da Transparência do Município de Cascavel, verificou-se que é prática administrativa a aquisição de móveis por meio de empresas especializadas na fabricação de móveis sob medida, a exemplo dos Pregões Eletrônicos nº 131/2024, cujas Atas de Registro de Preços já se encontram vencidas e nº 161/2025, que está em fase final de tramitação.

Todavia, considerando que as dimensões dos móveis e determinadas características técnicas variam conforme a finalidade de cada objeto, não se vislumbra viabilidade na adesão às Atas de Registro de Preços provenientes de outros processos.

Por conseguinte, torna-se necessária a realização de novo processo licitatório, específico para o atendimento da presente demanda.

4.4 CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Ao analisar a contratação anterior referente ao mesmo objeto deste processo, realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 131/2024, destinado ao atendimento das Farmácias Básicas, do Setor de Protocolo de Medicamentos Especiais, da Unidade Básica de Saúde – UBS Cancelli, das Unidades de Saúde da Família – USF Ipanema e Espigão Azul, bem como da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Tancredo Neves, constatou-se que não houve falhas no planejamento da contratação. Adicionalmente, verificou-se que a finalidade da licitação foi atendida de forma satisfatória, não sendo identificadas inconsistências quanto à seleção e à execução contratual da empresa responsável pelo fornecimento de móveis sob medida.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

5.1 A solução que se apresenta mais vantajosa ao Município de Cascavel e à Secretaria de Saúde para sanar o problema da falta de móveis nas Unidades de Saúde da Família – USF Lago Azul e São Cristóvão, bem como no CAPSi e no CAPSad é a contratação de empresa especializada na fabricação de móveis sob medida, conforme apontado no levantamento de mercado, sendo necessário a empresa contratada atender às condições estabelecidas abaixo para cumprimento do contrato firmado: Os móveis deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais de

forma adequada, e deverão ser fornecidos e instalados com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento;

- 5.1.1 Deverá ser exigida garantia de, no mínimo 1 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido; e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.
- 5.1.2 Considerando o descrito supra, verifica-se que se tratam de bens comuns, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.
- 5.1.3 Os mobiliários devem ter suas medidas conferidas antes do início da fabricação, considerando que pode haver diferenças de medidas;
- 5.1.4 Os mobiliários devem ser fabricados em MDF 18 mm, conforme especificações contidas no projeto;
- 5.1.5 Os mobiliários devem ser confeccionados na cor(es) que constam especificada(s) no projeto; (predominante bege cor casca de ovo);
- 5.1.6 Nas situações onde os projetos referência possuem corrediças, as mesmas devem ser metálicas telescópicas;
- 5.1.7 Nas situações onde os projetos referência possuem portas e gavetas, as mesmas devem ser com puxadores metálicos tipo alça ou cava conforme projeto;
- 5.1.8 Nas situações onde os projetos referência possuem pés, os mesmos devem ser metálicos com regulagem de altura;
- 5.1.9 Nas situações onde os projetos referência possuem sapatas/ponteiras, as mesmas devem ser de polipropileno injetado;
- 5.1.10 Todos os mobiliários adquiridos deverão ser instalados nos locais solicitados, conforme projeto;
- 5.1.11 Nas situações onde o projeto apresente alguma particularidade diferente das apresentadas neste Estudo, deve-se considerar o especificado no projeto.
- 5.1.12 Vistoria obrigatória: não se aplica.
- 5.1.13 Necessidade de garantia de execução: não se aplica.
- 5.1.14 Participação de consórcio e possibilidade de subcontratação: pelo baixo grau de complexidade e do objeto não será permitida a participação em consórcio, nem a subcontratação de parte ou de todo o objeto.
- 5.1.15 Para o fornecimento dos bens será adotado o Sistema de Registro de Preços, pois este

processo se trata de uma contratação para fornecimento parcelado, com a definição da demanda somente quando determinada obra ou reforma finalizar ou quando surgir a necessidade de substituição de móveis deteriorados.

5.1.16 O pagamento à contratada será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, mediante depósito bancário.

5.2 DO CRONOGRAMA

Considerando as características da aquisição, não se verifica a necessidade de elaboração de cronograma parcelado para a entrega dos mobiliários descritos neste Estudo Técnico Preliminar. As ordens de compra serão emitidas conforme a conclusão das obras das Unidades de Saúde da Família – USF Lago Azul e do CAPSi, bem como da reforma da USF São Cristóvão. No que se refere ao CAPSad, as ordens de compra serão emitidas imediatamente após a assinatura das Atas de Registro de Preços, uma vez que o referido serviço já se encontra apto para a instalação dos mobiliários. Ressalta-se que os recursos destinados ao atendimento dessas Unidades e Serviços possuem natureza vinculada e já se encontram devidamente disponíveis.

- USF SÃO CRISTÓVÃO R. Cartola, 366 - Bairro São Cristóvão, Cascavel - PR, 85815-100;
- USF LAGO AZUL R. Lagoa Marapende, 1449 - Lago Azul, Cascavel - PR, 85810-020;
- CAPSi - Rua José de Sá Cavalcanti, nº 552, bairro Claudete;
- CAPSad - Rua Santa Catarina, nº 107, bairro Centro;

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

6.1 Os quantitativos de mobiliário sob medida destinados a suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família – USF Lago Azul e São Cristóvão, bem como do CAPSi e do CAPSad, justificam-se conforme segue:

6.1.1 A aquisição de mobiliário sob medida faz-se necessária para atender às demandas de equipagem da Unidade de Saúde da Família – USF Lago Azul e do Centro de Atenção Psicossocial Infância e Adolescência – CAPSi, tendo em vista que ambas as Unidades encontram-se com suas instalações prediais em fase de construção, sendo indispensável a futura disponibilização de mobiliário adequado para o pleno

funcionamento dos serviços e para a adequada prestação de atendimento à população.

- 6.1.2 Quanto aos móveis projetados para a USF São Cristóvão, cuja obra de reforma possui previsão de conclusão ainda no exercício de 2026, estes se destinam a dotar a Unidade de mobiliário sob medida compatível com os espaços físicos projetados, visando à adequada estruturação dos ambientes de trabalho, ao pleno funcionamento dos serviços ofertados e à melhoria das condições para o desenvolvimento das atividades assistenciais e administrativas.
- 6.1.3 Por fim, a aquisição de móveis planejados destinados ao CAPSad tem como objetivo promover a readequação da recepção do serviço, assim como realizar a substituição dos mobiliários da cozinha que atualmente se encontram deteriorados, de modo a garantir melhores condições de organização e funcionalidade.
- 6.1.4 O quantitativo de mobiliário sob medida foi definido de acordo com os espaços físicos das Unidades de Saúde da Família, do CAPSi e do CAPSad, levando-se em consideração as necessidades das Unidades e Serviços, bem como as atividades a serem desenvolvidas nos locais de trabalho dos respectivos servidores, a fim de garantir o adequado atendimento à população de Cascavel. Para tanto, o Setor de Projetos elaborou os desenhos dos móveis buscando atender a esses objetivos, bem como otimizar os espaços disponíveis. Dessa maneira, os quantitativos definidos são considerados adequados para suprir a demanda das Unidades de Saúde da Família, do CAPSi e do CAPSad.

6.2 ESPECIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Os descritivos dos móveis sob medida estão apresentados de forma sucinta e objetiva neste estudo, devendo a empresa contratada fabricar os móveis conforme as especificações apresentadas nos projetos disponibilizados pela contratante, anexos ao Termo de referência. Segue abaixo a relação dos grupos, dos itens e os quantitativos a serem adquiridos:

GRUPO USF Lago Azul

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHAS 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
2	CONJUNTO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.250,00	R\$ 14.250,00
3	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.200,00	R\$ 5.200,00

31

4	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00
5	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
6	GAVETEIRO MÓVEL EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 2.825,00	R\$ 11.300,00
7	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 7.189,00	R\$ 7.189,00
8	BALCÃO PARA PUERICULTURA EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.160,00	R\$ 5.160,00
09	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	08	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
10	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	05	R\$ 4.150,00	R\$ 20.750,00
11	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	03	R\$ 4.150,00	R\$ 12.450,00
12	MESA EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
13	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 7.144,00	R\$ 14.288,00
14	BANCADA EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20 A 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 11.745,00	R\$ 11.745,00
15	ARMÁRIO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.760,00	R\$ 18.760,00
16	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.320,00	R\$ 8.320,00
17	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.560,00	R\$ 14.560,00
18	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 4.230,00	R\$ 4.230,00
19	MESA/BANCADA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
20	ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.165,00	R\$ 14.165,00
21	MESA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.810,00	R\$ 5.810,00
22	ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 29 A 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.250,00	R\$ 14.250,00

23	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 33 A 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 7.125,00	R\$ 7.125,00
24	ARMÁRIO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.230,00	R\$ 9.230,00
25	ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.230,00	R\$ 9.230,00
26	ARMÁRIO EM MDF – MOD-26, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.200,00	R\$ 8.200,00
27	ARMÁRIO EM MDF – MOD-27, PRANCHA 39, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 3.730,00	R\$ 3.730,00
28	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 40 A 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 11.500,00	R\$ 23.000,00
29	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.165,00	R\$ 14.165,00
30	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.850,00	R\$ 6.850,00
31	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 5.200,00	R\$ 10.400,00
32	ARMÁRIO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 46, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 6.350,00	R\$ 12.700,00
33	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 47 A 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 12.420,00	R\$ 12.420,00
34	BANCADA EM GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
35	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 50, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 6.945,00	R\$ 13.890,00
36	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-36, PRANCHA 51, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
37	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-37, PRANCHA 52, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
38	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 53, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.810,00	R\$ 8.810,00
39	MESA EM MDF – MOD-39, PRANCHA 54, CONFORME PROJETO DISPONÍVEL ATRAVÉS DO LINK DO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 10.465,00	R\$ 10.465,00
40	MESA EM MDF – MOD-40, PRANCHA 55, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
41	CADEIRA – MOD-41, PRANCHA 56, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	09	R\$ 260,00	R\$ 2.340,00
TOTAL DO GRUPO USF LAGO AZUL:			R\$ 424.517,00	

39
1.

GRUPO USF São Cristóvão

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	BALCÃO GUICHÊ – MOD 01, PRANCHA 01 A 05, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 20.200,00	R\$ 20.200,00
2	ARMÁRIO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 06 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.380,00	R\$ 9.380,00
3	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 07 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.350,00	R\$ 9.350,00
4	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00
5	ARMÁRIO EM MDF – MOD-05, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.380,00	R\$ 9.380,00
6	MESA EM MDF – MOD-06, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	05	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
7	ARMÁRIO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 3.680,00	R\$ 14.720,00
8	ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 3.680,00	R\$ 14.720,00
09	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	03	R\$ 3.575,00	R\$ 10.725,00
10	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-10, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.294,00	R\$ 9.294,00
11	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-11, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.294,00	R\$ 9.294,00
12	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00
13	MESA EM MDF – MOD-13, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 3.575,00	R\$ 14.300,00
14	ARMÁRIO GAVETEIRO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 2.825,00	R\$ 5.650,00
15	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-15, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
16	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-16, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 15.680,00	R\$ 15.680,00
17	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
18	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
19	MESA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	03	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00
20	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 9.020,00	R\$ 9.020,00

40

21	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-21, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00
22	BALCÃO P/ PUERICULTURA – MOD-22, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.160,00	R\$ 5.160,00
23	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-23, PRANCHA 28 E 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 10.250,00	R\$ 10.250,00
24	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30 e 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 10.250,00	R\$ 20.500,00
25	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.280,00	R\$ 6.280,00
26	MESA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 33, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
27	CADEIRA – MOD-27, PRANCHA 34, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	05	R\$ 260,00	R\$ 1.300,00
28	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 13.890,00	R\$ 13.890,00
29	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 10.415,00	R\$ 10.415,00
30	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 10.415,00	R\$ 10.415,00
31	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 16.360,00	R\$ 16.360,00
32	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 39 E 40, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 13.837,00	R\$ 13.837,00
33	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 41 E 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
34	ARMÁRIO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
35	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 6.350,00	R\$ 12.700,00
36	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF – MOD-36, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 10.250,00	R\$ 10.250,00
37	ARMÁRIO COLMÉIA EM MDF – MOD-37, PRANCHA 46 E 47, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 15.150,00	R\$ 15.150,00
38	BANCADA DE TRABALHO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 12.150,00	R\$ 12.150,00
39	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-39, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00
TOTAL DO GRUPO USF São Cristóvão:			R\$ 398.060,00	

GRUPO CAPSI

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	R\$ UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------------	--------	--------------	-------------

41
P.

1	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 14.295,00	R\$ 14.295,00
2	BALCÃO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 19.093,00	R\$ 19.093,00
3	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.190,00	R\$ 5.190,00
4	ARMÁRIO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 8.375,00	R\$ 16.750,00
5	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	08	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
6	BALCÃO EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 4.540,00	R\$ 18.160,00
7	BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 4.540,00	R\$ 18.160,00
8	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.320,00	R\$ 8.320,00
09	ARMÁRIO EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.375,00	R\$ 8.375,00
10	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
11	ARMÁRIO EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 7.370,00	R\$ 7.370,00
12	ARMÁRIO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.375,00	R\$ 8.375,00
13	ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	04	R\$ 9.845,00	R\$ 39.380,00
14	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.320,00	R\$ 8.320,00
15	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 5.950,00	R\$ 11.900,00
16	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	02	R\$ 5.320,00	R\$ 10.640,00
17	BALCÃO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 8.296,00	R\$ 8.296,00
18	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 12.730,00	R\$ 12.730,00
19	PRATELEIRA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 25,	01	R\$ 6.344,00	R\$ 6.344,00

42
1.

	CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.			
20	PRATELEIRA EM MDF – MOD-20, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 5.047,00	R\$ 5.047,00
21	PRATELEIRA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 4.830,00	R\$ 4.830,00
22	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
23	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.480,00	R\$ 6.480,00
24	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 3.350,00	R\$ 3.350,00
25	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 6.574,00	R\$ 6.574,00
26	PRATELEIRA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	03	R\$ 2.450,00	R\$ 7.350,00
TOTAL DO GRUPO CAPSI		R\$ 303.919,00		

GRUPO CAPSad

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANT.	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	BALCÃO GUICHÊ EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 06, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 16.500,00	16.500,00
2	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-02, PRANCHA 07, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$ 18.295,00
3	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-03, PRANCHA 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 18.295,00	R\$18.295,00
4	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	01	R\$ 1850,00	R\$ 1850,00
TOTAL DO GRUPO CAPSad:		R\$ 54.940,00		

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A estimativa de preços ou preços referenciais será de R\$ 1.181.436,00 (Um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e trinta e seis reais), as fontes consultadas para obtenção do valor foi

a cota máxima unitária do PE 161/2025.

Salientamos ainda que esta estimativa será melhor avaliada durante a elaboração do Termo de Referência através do Mapa Comparativo de Preços, o qual será embasado de acordo com a IN 02/2023 e levará em consideração o quantitativo a ser licitado, metodologias matemáticas, e orçamentos fornecidos por empresas do Setor de confecção de móveis sob medida.

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Os itens objeto desta contratação não possuem caráter de bens divisíveis nem de consumo, podendo ser adquiridos conforme a demanda. Ademais, os móveis possuem destinação e finalidade específicas para o atendimento das Unidades e Serviços de saúde. Considerando que os mobiliários serão fabricados e entregues após a conclusão das obras e reformas, os itens deste processo deverão ser fornecidos em entrega única, de modo a atender adequadamente às necessidades dos Serviços e das Unidades. Dessa forma, mostra-se inviável o parcelamento da entrega dos móveis.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A Secretaria de Saúde, no momento, não possui licitações correlatas vigentes. Ressalta-se a existência do Pregão Eletrônico nº 161/2025, o qual se encontra em fase final de tramitação. Contudo, o referido certame foi estruturado para atender necessidades específicas do Hospital Municipal de Retaguarda, Unidades e Serviços de Saúde, considerando as características e dimensões dos mobiliários projetados para esses espaços. Assim sendo, verifica-se que o objeto do mencionado processo licitatório não contempla a demanda ora apresentada, motivo pelo qual se faz necessária a adoção de procedimento próprio para atendimento das necessidades identificadas, visando garantir a adequada estruturação dos ambientes e o regular funcionamento dos serviços públicos de saúde.

10 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de Intenção/DFD nº417/2026.

11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Com esta contratação, a Secretaria Municipal de Saúde almeja equipar as Unidades e Serviços de Saúde supracitados, assegurando um layout ergonômico e funcional aos servidores que atuarão no atendimento ao público, com mobiliários de qualidade e ao menor custo possível.

Busca-se, ainda, garantir que a entrega e a instalação ocorram em tempo hábil, de modo a não prejudicar o funcionamento das respectivas Unidades, evitando interrupções que possam comprometer o atendimento prestado à população no âmbito do Sistema Único de Saúde.

12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Com o objetivo de adquirir móveis de qualidade e nas dimensões adequadas para atender às necessidades dos serviços desempenhados pelos servidores das Unidades e Serviços de Saúde, o Setor requisitante solicitou ao Setor de Projetos da Secretaria de Saúde a elaboração dos respectivos projetos de mobiliário, o referido Setor é responsável pelo desenvolvimento dos projetos de construção e reforma das Unidades de Saúde e conta com profissionais técnicos capacitados nas áreas de engenharia e arquitetura. Dessa forma, a elaboração dos projetos por equipe técnica especializada constitui medida relevante para mitigar riscos relacionados a eventuais inconsistências ou falhas na concepção dos móveis planejados, assegurando maior adequação às necessidades dos ambientes e às demandas dos serviços prestados.

13 IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

A produção de móveis pode causar danos ao meio ambiente, desde o desmatamento até a poluição do ar e da água. Isso ocorre principalmente pela extração de madeira, uso excessivo de água, emissões de gases poluentes e gestão inadequada de resíduos. Para reduzir esses impactos,

torna-se necessário que as empresas adotem práticas sustentáveis, como o uso de materiais certificados, energia renovável e processos de fabricação mais limpos, podendo se destacar como principais impactos o descarte dos resíduos sólidos e o desmatamento decorrente da exploração ilegal da madeira.

Desse modo, buscando mitigar os riscos e agravos ao meio ambiente, apresentamos algumas medidas no item 3.6 e seus subitens, os quais tratam sobre a Sustentabilidade nas compras públicas, devendo a empresa licitante classificada em primeiro lugar apresentar a **Licença Ambiental** e observar a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente – **CONAMA nº 237/1997**, e instituída e regulamentada no **Decreto Municipal nº 12.506/18**.

14 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Diante das justificativas apresentadas, constata-se a viabilidade da contratação pretendida, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade do acesso ao atendimento e ao acompanhamento de pacientes com diferentes diagnósticos, de forma a assegurar o adequado suporte à Rede de Atenção à Saúde, especialmente no âmbito da Atenção Primária e dos Serviços de Saúde Mental, sem comprometer o financiamento das ações e a manutenção dos serviços atrelados às transferências regulares e automáticas com homologação junto ao Ministério da Saúde.

15 INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

- Mônica Grando Grutzmacher, Enfermeira, Diretora de Atenção à Saúde, matrícula: 28.995-1;
- Luciana de Paula Pereira Nicaretta, Administradora Hospitalar, matrícula: 35.202-1;

16 INDICAÇÃO DE FISCAIS E GESTOR DE CONTRATO

Designação	Matrícula	Nome	Cargo/função
Fiscal de Contrato 01	29.046-1	Ivanilde Vaniski	Enfermeira, Gerente Distrital
Suplente de Fiscal de Contrato 01	25.916-1	Marise Neumann Fin	Administradora Hospitalar, Gerente Distrital
Fiscal de Contrato 02	17.961-1	Mariléia Sandra Renostro	Auxiliar de Enfermagem, coordenador de Unidade de Saúde

46
1.


Suplente de Fiscal de Contrato 02	39.371-1	Francieli Vieira dos Santos Sonda	Gerente de Atenção à Saúde Mental
Fiscal de Contrato 03	24.754-1	Caroline Defaveri	Assistente Social, Encarregado de Setor designado
Suplente de Fiscal de Contrato 03	34.366-2	Heloyza Patrícia Pereira	Assistente Social


16.1 A fiscal de contrato 01 e a suplente de fiscal de contrato 01 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues às Unidades de Saúde da Família.

16.2 A fiscal de contrato 02 e a suplente de fiscal de contrato 02 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues ao CAPSi.

16.3 A fiscal de contrato 03 e a suplente de fiscal de contrato 03 serão responsáveis pela fiscalização do contrato e pelos itens entregues ao CAPSad.

Cascavel/PR, 09 de março de 2026.


Luciana de Paula Pereira Nicaretta
 Administradora Hospitalar/SAAG


Mônica Grando Grutzmacher
 Diretora de Atenção à Saúde


Ali H. Haider
 Secretário Municipal de Saúde

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS – I.N. nº 02/2023 – SEPLAG - RC 2283/2026

GRUPO - USF LAGO AZUL

Item	Qtde	Apres.	Catser /catmat	atendenet	Descrição	Belnlaki & Belnlaki	Bond Móveis	Urbanus Decor	LRF	Média Aritmética
1	1	UND	21105	561777	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHAS 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 6.878,00	R\$ 28.180,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.690,00	R\$ 15.937,00
2	1	UND	21105	561778	CONJUNTO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 8.989,00*	R\$ 34.110,00	R\$ 23.950,00	R\$ 24.500,00	R\$ 27.520,00
3	1	UND	21105	561779	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.918,00*	R\$ 18.325,00	R\$ 10.900,00	R\$ 11.750,00	R\$ 13.658,33
4	1	UND	21105	561780	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.548,00	R\$ 10.062,00*	R\$ 1.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.149,33
5	2	UND	21105	561781	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.058,00	R\$ 3.997,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.013,75
6	4	UND	21105	561782	GAVETEIRO MÓVEL EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.265,00	R\$ 1.906,00	R\$ 1.950,00	R\$ 2.300,00	R\$ 1.855,25
7	1	UND	21105	561783	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 8.458,00	R\$ 16.218,00	R\$ 9.600,00	R\$ 10.000,00	R\$ 11.069,00
8	1	UND	21105	561784	BALCÃO PARA PUEVICULTURA EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.265,00	R\$ 5.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.291,25
9	8	UND	21105	561785	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.019,00	R\$ 3.675,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.923,50
10	5	UND	21105	561786	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.987,00	R\$ 3.894,00	R\$ 2.650,00	R\$ 2.900,00	R\$ 2.857,75
11	3	UND	21105	561787	ARMÁRIO MÓVEL EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.987,00	R\$ 3.894,00	R\$ 2.650,00	R\$ 2.900,00	R\$ 2.857,75
12	2	UND	21105	561788	MESA EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.087,00	R\$ 3.369,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.864,00
13	2	UND	21105	561789	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 6.584,00	R\$ 11.264,00*	R\$ 6.900,00	R\$ 7.150,00	R\$ 6.878,00
14	1	UND	21105	561790	BANCADA EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20 A 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.458,00	R\$ 18.480,00*	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.486,00
15	1	UND	21105	561791	ARMÁRIO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.458,00	R\$ 21.883,00*	R\$ 9.600,00	R\$ 9.500,00	R\$ 8.852,67
16	1	UND	21105	561792	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.875,00	R\$ 7.693,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.000,00	R\$ 5.242,00
17	1	UND	21105	561793	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.879,00	R\$ 7.913,00	R\$ 8.100,00	R\$ 8.500,00	R\$ 7.598,00
18	1	UND	21105	561794	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.658,00	R\$ 9.328,00	R\$ 5.200,00	R\$ 5.500,00	R\$ 5.671,50
19	1	UND	21105	561795	MESA/BANCADA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.078,00	R\$ 4.872,00*	R\$ 1.700,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.592,67
20	1	UND	21105	561796	ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.548,00	R\$ 13.495,00*	R\$ 5.600,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.049,33
21	1	UND	21105	561797	MESA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.784,00*	R\$ 5.381,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.727,00
22	1	UND	21105	561798	ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 29 A 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 10.874,00	R\$ 43.515,00	R\$ 19.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 23.347,25
23	1	UND	21105	561799	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 33 A 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 6.875,00	R\$ 29.875,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 15.687,50
24	1	UND	21105	561800	ARMÁRIO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.788,00	R\$ 12.320,00*	R\$ 3.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.762,67
25	1	UND	21105	561801	ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.485,00	R\$ 13.090,00*	R\$ 3.900,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.461,67
26	1	UND	21105	561802	ARMÁRIO EM MDF – MOD-26, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.878,00	R\$ 21.691,00	R\$ 11.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 12.142,25
27	1	UND	21105	561803	ARMÁRIO EM MDF – MOD-27, PRANCHA 39, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.985,00	R\$ 11.833,00*	R\$ 2.950,00	R\$ 3.500,00	R\$ 2.811,67
28	2	UND	21105	561804	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 40 A 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.985,00	R\$ 48.895,00*	R\$ 14.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 12.328,33
29	1	UND	21105	561805	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.985,00	R\$ 13.090,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.768,75
30	1	UND	21105	561806	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.878,00	R\$ 22.575,00	R\$ 8.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 11.363,25
31	2	UND	21105	561807	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.986,00	R\$ 15.785,00	R\$ 7.200,00	R\$ 7.500,00	R\$ 8.617,75
32	2	UND	21105	561808	ARMÁRIO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 46, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.765,00	R\$ 13.860,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 7.406,25
33	1	UND	21105	561809	BANCADA DE GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 47 A 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.458,00	R\$ 42.407,00*	R\$ 13.800,00	R\$ 14.000,00	R\$ 11.752,67
34	1	UND	21105	561810	BANCADA DE GRANITO COM BALCÃO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.254,00	R\$ 26.026,00*	R\$ 9.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 8.918,00
35	2	UND	21105	561811	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 50, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.788,00	R\$ 6.615,00	R\$ 2.950,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.588,25
36	1	UND	21105	561812	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-36, PRANCHA 51, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 6.548,00	R\$ 17.517,00*	R\$ 8.900,00	R\$ 10.000,00	R\$ 8.482,67
37	1	UND	21105	561813	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-37, PRANCHA 52, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.948,00	R\$ 12.671,00	R\$ 8.500,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.029,75
38	1	UND	21105	561814	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 53, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.948,00	R\$ 10.260,00	R\$ 8.200,00	R\$ 8.500,00	R\$ 8.227,00
39	1	UND	21105	561815	MESA EM MDF – MOD-39, PRANCHA 54, CONFORME PROJETO DISPONÍVEL ATRAVÉS DO UNK DO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.745,00	R\$ 8.855,00	R\$ 3.400,00	R\$ 3.500,00	R\$ 4.375,00
40	2	UND	21105	561816	MESA EM MDF – MOD-40, PRANCHA 55, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.087,00	R\$ 5.040,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.531,75
41	9	UND	477126	561817	CADEIRA – MOD-41, PRANCHA 56, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 768,00	R\$ 1.545,00*	R\$ 680,00	R\$ 750,00	R\$ 732,67

76

GRUPO - USF SÃO CRISTÓVÃO										
Item	Qtde	Apres.	Catser /catmat	atendenet	Descrição	Belniaki & Belniaki	Bond Móveis	Urbanus Decor	LRF	Média Aritmética
1	1	UND	21105	561818	BALCÃO GUICHÊ – MOD 01, PRANCHA 01 A 05, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 8.568,00*	R\$ 55.286,00*	R\$ 23.800,00	R\$ 25.000,00	R\$ 24.400,00
2	1	UND	21105	561819	ARMÁRIO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 06 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.987,00	R\$ 16.292,00	R\$ 10.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 10.944,75
3	1	UND	21105	561820	ARMÁRIO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 07 E 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.584,00	R\$ 8.146,00	R\$ 5.900,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.032,50
4	1	UND	21105	561821	PAINEL EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.548,00	R\$ 6.625,00*	R\$ 1.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.149,33
5	1	UND	21105	561822	ARMÁRIO EM MDF – MOD-05, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.786,00	R\$ 10.406,00*	R\$ 3.950,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.078,67
6	5	UND	21105	561823	MESA EM MDF – MOD-06, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.358,00	R\$ 3.675,00	R\$ 1.900,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.233,25
7	4	UND	21105	561824	ARMÁRIO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.365,00	R\$ 2.995,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.815,00
8	4	UND	21105	561825	ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.365,00	R\$ 2.995,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.815,00
9	3	UND	21105	561826	MESA EM MDF – MOD-09, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.065,00	R\$ 3.150,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.241,25
10	1	UND	21105	561827	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-10, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.158,00	R\$ 9.030,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.047,00
11	1	UND	21105	561828	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-11, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.058,00	R\$ 6.958,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.504,00
12	1	UND	21105	561829	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.278,00	R\$ 4.655,00	R\$ 3.950,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.470,75
13	4	UND	21105	561830	MESA EM MDF – MOD-13, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.065,00	R\$ 3.150,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.078,75
14	2	UND	21105	561831	ARMÁRIO GAVETEIRO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.158,00	R\$ 1.947,00	R\$ 1.950,00	R\$ 1.290,00	R\$ 1.586,25
15	1	UND	21105	561832	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-15, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.582,00*	R\$ 11.679,00	R\$ 8.000,00	R\$ 7.190,00	R\$ 8.956,33
16	1	UND	21105	561833	BALCÃO EM MDF COM BANCADA DE GRANITO – MOD-16, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.874,00	R\$ 12.082,00	R\$ 7.500,00	R\$ 7.040,00	R\$ 7.624,00
17	1	UND	21105	561834	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.475,00	R\$ 5.757,00	R\$ 4.250,00	R\$ 4.490,00	R\$ 4.243,00
18	1	UND	21105	561835	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.758,00	R\$ 7.840,00	R\$ 4.600,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.924,50
19	3	UND	21105	561836	MESA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.045,00	R\$ 2.887,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.933,00
20	1	UND	21105	561837	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-20, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.998,00	R\$ 8.595,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.950,00	R\$ 6.135,75
21	1	UND	21105	561838	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-21, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.325,00	R\$ 4.410,00	R\$ 3.900,00	R\$ 4.150,00	R\$ 3.696,25
22	1	UND	21105	561839	BALCÃO P/ PUECULTURA – MOD-22, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.058,00	R\$ 5.985,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.310,75
23	1	UND	21105	561840	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-23, PRANCHA 28 E 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.058,00	R\$ 25.200,00	R\$ 11.900,00	R\$ 10.000,00	R\$ 12.789,50
24	2	UND	21105	561841	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30 e 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.758,00*	R\$ 31.920,00*	R\$ 9.000,00	R\$ 8.200,00	R\$ 8.600,00
25	1	UND	21105	561842	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.875,00	R\$ 6.360,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.050,00	R\$ 5.071,25
26	1	UND	21105	561843	MESA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 33, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.087,00	R\$ 3.307,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.098,50
27	5	UND	477126	561844	CADEIRA – MOD-27, PRANCHA 34, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 768,00	R\$ 1.545,00*	R\$ 680,00	R\$ 750,00	R\$ 732,67
28	1	UND	21105	561845	ARMÁRIO EM MDF – MOD-28, PRANCHA 35, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.658,00	R\$ 9.555,00	R\$ 3.600,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.953,25
29	1	UND	21105	561846	ARMÁRIO EM MDF – MOD-29, PRANCHA 36, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.618,00	R\$ 7.987,00	R\$ 4.850,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.113,75
30	1	UND	21105	561847	ARMÁRIO EM MDF – MOD-30, PRANCHA 37, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.548,00	R\$ 11.025,00*	R\$ 4.900,00	R\$ 5.100,00	R\$ 4.182,67
31	1	UND	21105	561848	ARMÁRIO EM MDF – MOD-31, PRANCHA 38, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.587,00	R\$ 23.100,00	R\$ 11.200,00	R\$ 11.500,00	R\$ 12.596,75
32	1	UND	21105	561849	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-32, PRANCHA 39 E 40, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.874,00	R\$ 24.452,00	R\$ 11.000,00	R\$ 11.500,00	R\$ 13.206,50
33	1	UND	21105	561850	BANCADA DE GRANITO E BALCÃO EM MDF – MOD-33, PRANCHA 41 E 42, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 5.235,00	R\$ 18.166,00	R\$ 11.400,00	R\$ 11.500,00	R\$ 11.575,25
34	1	UND	21105	561851	ARMÁRIO EM MDF – MOD-34, PRANCHA 43, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.548,00	R\$ 6.381,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.482,25
35	2	UND	21105	561852	ARMÁRIO EM MDF – MOD-35, PRANCHA 44, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.765,00	R\$ 11.760,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.631,25
36	1	UND	21105	561853	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-36, PRANCHA 45, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.878,00	R\$ 20.897,00	R\$ 8.900,00	R\$ 8.000,00	R\$ 10.418,75
37	1	UND	21105	561854	ARMÁRIO COLMEIA EM MDF – MOD-37, PRANCHA 46 E 47, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.254,00*	R\$ 25.980,00	R\$ 19.000,00	R\$ 15.350,00	R\$ 20.110,00
38	1	UND	21105	561855	BANCADA DE TRABALHO EM MDF – MOD-38, PRANCHA 48, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.548,00	R\$ 11.550,00*	R\$ 3.500,00	R\$ 2.800,00	R\$ 2.616,00
39	1	UND	21105	561856	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-39, PRANCHA 49, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.878,00	R\$ 7.350,00	R\$ 4.600,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.707,00

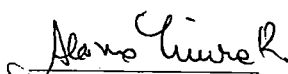
GRUPO - CAPSI										
Item	Qtde	Apres.	Catser	atendenet	Descrição	Beiniaki & Beiniaki	Bond Móveis	Urbanus Decor	LRF	Média Aritmética
1	1	UND	21105	561857	ARMÁRIO EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 03, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.395,00	R\$ 30.184,00	R\$ 14.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 16.644,75
2	1	UND	21105	561858	BALCÃO EM MDF – MOD 02, PRANCHA 04 A 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 9.897,00*	R\$ 48.574,00*	R\$ 25.100,00	R\$ 27.000,00	R\$ 26.050,00*
3	1	UND	21105	561859	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD 03, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.875,00	R\$ 7.075,00	R\$ 2.900,00	R\$ 3.000,00	R\$ 4.212,50
4	2	UND	21105	561860	ARMÁRIO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 10, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.978,00	R\$ 9.187,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.891,25
5	8	UND	21105	561861	MESA EM MDF – MOD-05, PRANCHA 11, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA...	R\$ 987,00	R\$ 2.992,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.869,75
6	4	UND	21105	561862	BALCÃO EM MDF – MOD-06, PRANCHA 12, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.658,00	R\$ 3.597,00	R\$ 2.650,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.726,25
7	4	UND	21105	561863	BALCÃO EM MDF – MOD-07, PRANCHA 13, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.658,00	R\$ 3.597,00	R\$ 2.650,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.726,25
8	1	UND	21105	561864	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-08, PRANCHA 14, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.875,00	R\$ 7.693,00	R\$ 4.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.867,00
9	1	UND	21105	561865	ARMÁRIO EM MDF – MOD-09, PRANCHA 15, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.658,00	R\$ 3.920,00	R\$ 2.990,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.892,00
10	1	UND	21105	561866	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-10, PRANCHA 16, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.256,00*	R\$ 19.874,00*	R\$ 9.600,00	R\$ 10.000,00	R\$ 9.800,00
11	1	UND	21105	561867	ARMÁRIO EM MDF – MOD-11, PRANCHA 17, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.658,00	R\$ 8.085,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.985,75
12	1	UND	21105	561868	ARMÁRIO EM MDF – MOD-12, PRANCHA 18, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.714,00	R\$ 8.268,00	R\$ 3.650,00	R\$ 3.500,00	R\$ 4.283,00
13	4	UND	21105	561869	ARMÁRIO EM MDF – MOD-13, PRANCHA 19, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.458,00*	R\$ 19.845,00*	R\$ 9.800,00	R\$ 10.000,00	R\$ 9.900,00
14	1	UND	21105	561870	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-14, PRANCHA 20, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.056,00	R\$ 8.242,00	R\$ 4.300,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.024,50
	2	UND	21105	561871	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-15, PRANCHA 21, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.054,00	R\$ 11.760,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.453,50
16	2	UND	21105	561872	ARMÁRIO COLETIVO EM MDF – MOD-16, PRANCHA 22, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.978,00*	R\$ 10.995,00	R\$ 5.600,00	R\$ 5.500,00	R\$ 7.365,00
17	1	UND	21105	561873	BALCÃO EM MDF – MOD-17, PRANCHA 23, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.487,00	R\$ 10.552,00	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 6.009,75
18	1	UND	21105	561874	ARMÁRIO EM MDF – MOD-18, PRANCHA 24, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.048,00*	R\$ 16.332,00*	R\$ 4.400,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.450,00
19	1	UND	21105	561875	PRATELEIRA EM MDF – MOD-19, PRANCHA 25, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.254,00	R\$ 7.167,00	R\$ 3.900,00	R\$ 3.150,00	R\$ 3.867,75
20	1	UND	21105	561876	PRATELEIRA EM MDF – MOD-20, PRANCHA 26, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.122,00	R\$ 5.862,00	R\$ 1.850,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.708,50
21	1	UND	21105	561877	PRATELEIRA EM MDF – MOD-21, PRANCHA 27, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.087,00*	R\$ 5.862,00	R\$ 11.800,00	R\$ 10.000,00	R\$ 9.220,67
22	1	UND	21105	561878	BANCADA EM GRANITO COM LAVATÓRIO E ARMÁRIO EM MDF – MOD-22, PRANCHA 28, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.325,00	R\$ 19.418,00*	R\$ 3.700,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.675,00
23	1	UND	21105	561879	ARMÁRIO EM MDF – MOD-23, PRANCHA 29, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.365,00	R\$ 5.827,00	R\$ 2.700,00	R\$ 4.000,00	R\$ 3.473,00
24	1	UND	21105	561880	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-24, PRANCHA 30, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.878,00	R\$ 4.410,00	R\$ 2.700,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.872,00
25	1	UND	21105	561881	PAINEL DA RECEPÇÃO EM MDF – MOD-25, PRANCHA 31, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 2.978,00	R\$ 12.295,00*	R\$ 2.900,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.126,00
26	3	UND	21105	561882	PRATELEIRA EM MDF – MOD-26, PRANCHA 32, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.548,00	R\$ 2.380,00	R\$ 2.250,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.169,50*

GRUPO - CAPS ad										
Item	Qtde	Apres.	Catser	atendenet	Descrição	Beiniaki & Beiniaki	Bond Móveis	Urbanus Decor	LRF	Média Aritmética
1	1	UND	21105	561884	BALCÃO GUICHÊ EM MDF – MOD 01, PRANCHA 01 A 06, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 6.878,00	R\$ 83.170,00*	R\$ 18.650,00	R\$ 20.000,00	R\$ 15.176,00
2	1	UND	21105	561885	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-02, PRANCHA 07, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 3.875,00	R\$ 17.437,00	R\$ 11.950,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.815,50
3	1	UND	21105	561886	BANCADA DE GRANITO COM ARMÁRIO EM MDF – MOD-03, PRANCHA 08, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 4.365,00*	R\$ 21.943,00	R\$ 15.100,00	R\$ 16.000,00	R\$ 17.681,00
4	1	UND	21105	561887	ARMÁRIO AÉREO EM MDF – MOD-04, PRANCHA 09, CONFORME PROJETO ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 1.326,00	R\$ 1.680,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.526,50

Justificativa da metodologia e da pesquisa de preços

- A metodologia adotada para definição do valor de referência foi a média aritmética simples dos preços obtidos na pesquisa realizada, por se tratar de método que melhor representa a realidade de mercado, considerando os valores apresentados por empresas que atuam no segmento do objeto pretendido.
- Para a realização da pesquisa de preços, foram encaminhadas solicitações de orçamento a diversas empresas do ramo, com o objetivo de retratar a realidade mercadológica local (conforme e-mails anexos). Entretanto, verificou-se baixo índice de retorno. Assim, a consolidação da pesquisa considerou os orçamentos efetivamente recebidos, sendo determinante, além da compatibilidade com o objeto, a disponibilidade das empresas em apresentar proposta formal. Dessa forma, a média foi composta com quatro orçamentos de fornecedores que atendem à região.
- Nos termos do art. 5º, §2º, da Instrução Normativa nº 02/2023, a pesquisa de preços foi realizada diretamente com fornecedores em razão das especificidades do objeto, que consiste na confecção e instalação de móveis sob medida, elaborados a partir de projeto contendo dimensões, materiais e especificações técnicas próprias.
- Ressalta-se que não foram localizados registros compatíveis em bancos de preços públicos ou contratações similares, tendo em vista que os itens apresentam variações quanto às dimensões, materiais empregados, complexidade de execução e mão de obra necessária, fatores que impactam diretamente na formação do preço.
- Os valores identificados com asterisco (*) foram desconsiderados para fins de composição da média, por destoarem de forma significativa do conjunto dos demais preços coletados. Tais valores foram considerados discrepantes, uma vez que sua manutenção poderia distorcer o resultado final e comprometer a representatividade do valor de referência. A exclusão foi realizada de forma criteriosa, mantendo-se apenas os valores que apresentaram coerência entre si e aderência ao conjunto da pesquisa.
- Adicionalmente, verificou-se que há variações significativas entre os valores apresentados pelos fornecedores, com diferenças que, em alguns itens, atingem múltiplos do menor valor cotado. Tal variação é compatível com a natureza do objeto, que consiste na confecção de móveis sob medida, cujos custos podem variar substancialmente em razão de fatores como tipo e qualidade dos materiais empregados (especialmente MDF), ferragens utilizadas, padrão de acabamento, processos produtivos, bem como a inclusão de serviços acessórios como transporte e instalação.

Cascavel, 02 de 04 de 2026.


Mariana Meira Reichert
Matrícula: 33.593-2


Ali H. Haidar
Secretário de Saúde



MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria nº 046/2026

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos estores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante Registro de Preços para contratação de empresa especializada na fabricação de móveis sob medida em atendimento às Unidades e Serviços pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel, iniciada através da Requisição ao compras nº 2283/2026, Processo Administrativo/Digital de Compra nº 48475/20226.

Designação	Nome	Matrícula	Cargo/ Função	Assinatura
Fiscal de Contrato 01	Ivanilde Vaniski	29.046-1	Enfermeira	
Suplente de Fiscal de Contrato 01	Marise Neumann Fin	25.916-1	Administradora Hospitalar	
Fiscal de Contrato 02	Mariléia Sandra Renostro	17.961-1	Auxiliar de Enfermagem	
Suplente de Fiscal de Contrato 02	Francieli Vieira dos Santos Sonda	39.371-1	Gerente de Atenção à Saúde Mental	
Fiscal de Contrato 03	Caroline Defaveri	24.754-1	Assistente Social	
Suplente de Fiscal de Contrato 03	Heloyza Patrícia Pereira	34.366-2	Assistente Social	
Gestor de contrato	Jonatha Alexandre Azevedo da Silva	30.388-2	Administrador Hospitalar	
Suplente de Gestor(a)	Pâmela Cristina de Almeida Cruz	24.787-2	Administradora Hospitalar	

Cascavel/PR, 06 de abril de 2026.

Ali Hassan Haidar
Secretário(a) Municipal de Saúde